

Plano de Atividades e Orçamento 2026

Para a Assembleia Geral de 18 de abril de 2026

Aprovado na Direção Extraordinária de 25 de março de 2026



Índice

Índice	2
MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
PERSPETIVAS AMBIENTAIS PARA 2026	5
Alterações climáticas	6
Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental	7
Transparência, participação e processos de decisão	8
Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental	8
Mobilidade e Transportes	9
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)	10
Alta Velocidade Ferroviária	10
Agricultura e Ambiente	11
Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade	12
Biodiversidade	12
Lei do Restauro	12
Lei Europeia da Desflorestação	13
Ordenamento do Território	13
Florestas	13
Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem	14
Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça	15
Remoção de barreiras fluviais	15
Barragem do Pisão	16
Programa Nacional de Regadio	17
Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) e Cidadania Ambiental	18
Competência	20
Desenvolvimento sustentável	20
Trabalho voluntário e compromisso	20
Independência e contrapoder	20
Postura colaborativa	20
Idealismo nos objetivos, realismo na ação	20
Postura irreverente	20
Transparência	20
Postura inclusiva	20
Aposta no associativismo	20
OS NOSSOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS	21
Coastwatch	22
Equipa	22
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de	
Tornada	23
Equipa	23
Programa Rios Livres	24
Equipa	24
Programa Renature	25
Equipa	25
Projeto TerraSeixe	26
Equipa	26
OUTRAS ATIVIDADES	27
Mobilidade e Transportes	28
Equipa	28

Energia e Clima	28
Equipa	28
GEOTALINE e Comunicação aos associados	28
Equipa	28
GEOTA em Ação	28
Equipa	28
Plano de Marketing e Comunicação	28
Contencioso Ambiental	29
Equipa	29
Consumo	29
Equipa	29
1.º Congresso Internacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e Prémio Conceição Martins de Educação Ambiental para a Sustentabilidade	30
Equipa	30
Conversas à volta da Terra -Ciclo de Debates Temáticos	31
Equipa	31
Prémio Eduardo Zúquete de Mobilidade Sustentável	32
Equipa	32
MOVIMENTO AMBIENTAL	33
ONG, Plataformas e Coligações	34
ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	34
Agência Oeste Sustentável	34
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	34
C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO	34
CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental	35
CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza	35
DLBC Lisboa	35
EEB/BEE – European Environmental Bureau	35
Mediterranean Alliance for Wetlands (MAW)	35
#MOVRIODOURO	35
Movimento ProTejo	35
Organismos	36
Conselho Nacional da Água (CNA)	36
Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)	36
Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)	36
Conselho Estratégico do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	36
Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)	36
CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)	36
Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação	36
Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida	36
ORGANOGRAMA	37
OS NOSSOS DIRIGENTES	38
Órgãos Sociais do GEOTA para o Biénio 2024-2025 (cessante)	38
OS NOSSOS TRABALHADORES	39
ANEXO- PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO GEOTA	41
ORÇAMENTO 2026	49
Despesas 2026	49
Receitas2026	51

Mensagem da Direção

Espera-se que o ano de 2026 seja marcado por um conjunto particularmente exigente de desafios políticos, ambientais, sociais e económicos, resultantes de uma conjuntura internacional instável e de pressões internas acumuladas. A intensificação de conflitos no Médio Oriente, com o envolvimento direto e indireto de vários países da região, a par da continuidade da Guerra da Ucrânia, tem vindo a agravar a instabilidade geopolítica global, com impactos significativos nos mercados energéticos, nas cadeias de abastecimento e na segurança alimentar.

Em paralelo, agrava-se a problemática do acesso à água potável à escala global, reconhecida como um dos principais riscos sistémicos do século XXI, com implicações diretas na saúde pública, nos fluxos migratórios e na estabilidade social, exigindo respostas coordenadas no quadro dos Nações Unidas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, Portugal não se encontra imune aos efeitos cumulativos destas crises. A sequência de tempestades severas que afetou mais de 60 concelhos em todas as regiões do território continental, no primeiro trimestre de 2026, evidenciou novamente a vulnerabilidade estrutural dos sistemas energéticos, de transportes, de comunicações e de abastecimento face a fenómenos climáticos extremos. Destacam-se, em particular, as cheias significativas registadas nas bacias hidrográficas do Mondego, Tejo e Sado, com impactos relevantes em populações, infraestruturas e atividades económicas.

A resposta governativa e dos sistemas de proteção civil, embora em alguns casos percecionada como tardia ou insuficiente, demonstrou igualmente uma elevada mobilização nacional, traduzida num expressivo esforço de solidariedade e entreaajuda. Este envolveu autarquias, entidades da proteção civil, forças armadas, empresas de energia e comunicações, bem como a sociedade civil, mobilizando dezenas de milhares de operacionais e recursos de emergência de caráter excecional.

Neste enquadramento, assume particular relevância o Plano de Recuperação e Resiliência, em articulação com o instrumento europeu NextGenerationEU, enquanto mecanismo estruturante de resposta à crise e de promoção de resiliência. Contudo, importa assegurar que os investimentos realizados são sustentados por evidência técnica e científica, evitando a proliferação de soluções simplistas ou desajustadas, como a reemergência de propostas para grandes infraestruturas hidráulicas — exemplificadas pela anteriormente abandonada barragem de Girabolhos — apresentadas como resposta a fenómenos de cheia, sem adequada avaliação custo-benefício e ambiental.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Simultaneamente, a escalada de tensões entre Estados Unidos, Israel e Irão tem contribuído para uma nova crise energética global, traduzida no aumento abrupto dos preços dos combustíveis fósseis. Este fenómeno repercute-se diretamente no custo de bens essenciais e na inflação, agravando desigualdades sociais e pressionando economias nacionais.

Não obstante, os contextos de crise constituem igualmente oportunidades para acelerar a transição para modelos mais resilientes e sustentáveis, baseados na eficiência energética, na diversificação de fontes e na valorização do capital natural.

No plano nacional, à contestação e ao contencioso associados à Barragem do Pisão, acrescem outras pressões sobre a natureza e a biodiversidade, frequentemente justificadas em nome do "progresso", da "transição energética" ou do "desenvolvimento", mas nem sempre compatíveis com princípios de sustentabilidade e justiça social. Torna-se, por isso, essencial garantir que as transformações estruturais em curso respeitam critérios ambientais rigorosos e promovem uma transição justa e inclusiva.

Neste quadro, reafirma-se o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto referencial estratégico para a ação, alinhando prioridades nacionais com metas globais.

O presente sumário executivo apresenta as Perspetivas Ambientais para 2026, identificando as principais preocupações do GEOTA face ao contexto descrito, bem como as iniciativas prioritárias previstas no Plano de Atividades para o ano, orientadas pela sua missão, visão e objetivos estratégicos.

Apresentam-se, também, as principais iniciativas projetadas do Plano para 2026, procurando ir de encontro à nossa missão e visão e aos objetivos traçados.

Perspetivas Ambientais para 2026

As declarações dos responsáveis governamentais relativamente à possibilidade avançarem, sem os devidos cuidados, grandes infraestruturas públicas e privadas de energia, água e transportes, facilitados por um “simplex” ambiental e por um “simplex” urbanístico e de ordenamento do território, e pela definição de “to-go areas” offshore e em terra para a instalação de energias renováveis, pondo em causa os altos valores de conservação até então gozando algum estatuto de proteção no Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados e na Rede Natura 2000, continuam a causar-nos preocupação.

A lei dos solos, resultado da alteração imposta pelo DL 117/2024 no RJIGT, consagra condições de reclassificação do solo rústico para o solo urbano completamente inaceitáveis, ameaçando, de uma penada, os anteriores estatutos de proteção dos solos: RAN, REN, e os novos instrumentos, como a Lei do Restauro da Natureza.

A pressão para a execução das verbas do PRR vai no mesmo sentido.

Os eventos catastróficos no primeiro trimestre de 2026, trazendo, embora, abundância de água para as barragens, podem abrir a porta para novos projetos de barragens, como a de Girabolhos, há muito, abandonada mas, aparentemente, não esquecida, e uma maior pressão para a concretização da Estratégia Água que Une

Surge agora o PTRR como resposta económica aos eventos climáticos que afetaram quase todo o país.

Mantem-se a habitual incoerência entre as diversas políticas sectoriais e os compromissos assumidos por Portugal ao nível internacional e europeu, que levou já o Estado português a ser multado por incumprimento de diretivas europeias.

Na esfera ambiental, várias medidas e preocupações estão em destaque:

- **Gestão de resíduos:** um dos seus maiores desafios no curto prazo. Com a taxa de reciclagem a situar-se em 18 pontos percentuais abaixo da meta de 55% fixada para 2025. Continua a depositar-se mais de metade dos resíduos em aterros, com capacidade no limite.
- **Diretiva do Direito à Reparação:** até 31 de julho de 2026 Portugal tem de transpor essa diretiva, um instrumento legal para redução de produção de resíduos, através da promoção de medidas que permitam o aumento do tempo de vida útil de diversos bens de consumo.

- **Plano Nacional de Restauro da Natureza (PNRN):** este plano é um instrumento importante para se avançar na melhoria do conhecimento e comunicação, nomeadamente de Áreas de Referência Favoráveis e os critérios de seleção de zonas prioritárias. Uma das questões essenciais para a sua exequibilidade e uma efetiva recuperação de áreas degradadas, é o financiamento.
- **Regulação dos Novos OGM:** acordo desfavorável a 4 de dezembro de 2025 sobre novo dossier que pretende a desregulamentação dos Novos OGM (NGT, «novas técnicas genómicas»), retira avaliação de risco, rotulagem, rastreabilidade, monitorização, zonas tampão obrigatórias ou outras medidas de coexistência e não é estabelecida qualquer responsabilidade em caso de danos. Há ainda possibilidades de alguns países rejeitarem a aplicação deste acordo.
- **Novo aeroporto de Lisboa,** antes em Montijo, agora para Alcochete, as preocupações são semelhantes.
- **Remoção de barreiras fluviais obsoletas.**
- **Projeto da Barragem do Pisão,** vamos continuar a acompanhar no contencioso jurídico este projeto que consideramos danoso.
- **Educação Ambiental para a Sustentabilidade,** com o prémio Conceição Martins .
- **Implementação do Plano Nacional de Energia Clima 2030 e finalização do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2045.** Aguardamos também a publicação do **Plano social para o Clima** e do **Plano Nacional para a Renovação dos Edifícios,** ambos previstos para 2026.
- **Conferência da Colômbia** em 28 e 29 de abril de 2026, em Santa Marta, sobre roteiro da eliminação de combustíveis fósseis: o roteiro para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, numa iniciativa paralela à COP30 apoiada por vários países nos quais se inclui a vasta maioria da EU.
- **Proteção da biodiversidade marinha:** com a ratificação do Tratado do Alto Mar a sua em vigor irá efetivar-se em janeiro de 2026, espera-se uma efetiva proteção da biodiversidade marinha, pelo facto deste instrumento estabelecer um quadro jurídico internacional vinculativo em áreas além das jurisdições nacionais, com um grande impacto potencial ao representar mais de dois terços de todo o oceano.

Alterações climáticas

Portugal tem progredido na redução de emissões de carbono. Desde 1990, o país conseguiu reduzir suas emissões em 9,6%, o que supera a meta estabelecida pela União Europeia em resultado de uma série de medidas, como a promoção de energias renováveis, eficiência energética e políticas de transporte sustentável.

De acordo com divulgação do Índice de Desempenho das Alterações Climáticas 2025 (CCPI), que tem por base os dados disponíveis de 2023, Portugal continua no grupo dos países mais bem classificados, na 15.^a posição, num total de 63 países. De acordo com o Índice de Desempenho das Alterações Climáticas 2026 (CCPI) melhorou a sua prestação nos rankings dos gases com efeito de estufa (subiu de 16.^o para 15.^o); das Energias Renováveis (de 20.^o para 18.^o) e da Política Climática (de 20.^o para 16.^o), mantendo a posição no domínio do Uso de Energia (17.^o), relativamente ao CCPI de 2024 (que utiliza dados de 2022).[URL:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=portugal-no-grupo-dos-paises-com-melhor-performance-climatica>]

Se não houver uma mudança significativa nas políticas e nas ações globais de mitigação, é previsto que a temperatura global aumente cerca de 2,9 ° C até o ano de 2100. Esse valor está muito acima da meta estabelecida pelo Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

As consequências desse aumento de temperatura são extremamente preocupantes. Milhões de pessoas serão afetadas, principalmente nas regiões mais vulneráveis, como as comunidades costeiras e os países em desenvolvimento. Essas populações enfrentarão eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades mais intensas, além do aumento do nível do mar, que pode causar a inundação de terras costeiras.

Nos últimos meses, Portugal enfrentou eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas, inundações e tempestades. Esses fenômenos têm gerado impactos significativos em diversas áreas, especialmente na economia, infraestrutura e vida quotidiana dos cidadãos.

Estradas, pontes e edifícios foram danificados, resultando em elevados custos de reparação. De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), os custos diretos de reparação podem ultrapassar os 200 milhões de euros.

O mau tempo afetou colheitas, especialmente de frutas e vegetais. A Associação Portuguesa dos Produtores de Frutas e Hortícolas estima uma perda de até 30% na produção, impactando os preços no mercado.

Com o clima adverso, o turismo, uma das principais fontes de receita de Portugal, sofreu uma queda significativa. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam uma redução de 15% nas reservas em algumas regiões afetadas.



Os custos diretos e indiretos do mau tempo são elevados. Entre os custos diretos estão os de reparação e assistência social, enquanto os custos indiretos incluem a perda de produtividade e o impacto nas pequenas e médias empresas.

Além do impacto nas pessoas, os ecossistemas também serão gravemente afetados. A mudança climática afeta a biodiversidade, levando à perda de habitat, extinção de espécies e desequilíbrios nos ecossistemas. Isso tem consequências em cascata em toda a cadeia alimentar e pode comprometer a segurança alimentar das populações.

Portanto, é urgente tomar medidas para reduzir as emissões globais e limitar o aquecimento global. É necessário investir em fontes de energia limpa, incentivar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, indústria e transporte, e fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos climáticos.

A Implementação do Plano Nacional de Energia Clima 2030 e finalização do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2045 são medidas de política essenciais mas insuficientes pois são necessários planos de implementação e investimento na adaptação e resiliência climática das comunidades que estas tempestades revelaram como fundamentais para fazer face ao clima presente e futuro. Aguardamos também a publicação do plano social para o Clima e do plano nacional para a renovação dos edifícios, ambos previstos para 2026.

Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental

Para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e da Lei de Bases do Clima, é indispensável apostar em políticas e medidas que promovam e acelerem a transformação profunda do sistema energético atual. Este é ainda fortemente baseado em combustíveis fósseis, é altamente ineficiente, é centralizado na sua propriedade e gestão, e é injusto na medida da desigualdade no acesso à energia com três milhões de portugueses em pobreza energética. É necessária uma combinação de incentivos económicos, regulação, investimento público, apoio técnico e educação para a energia, junto de todos os sectores: famílias, instituições públicas e privadas, empresas industriais e de serviços, e sector agroflorestal. A prioridade tem de ser a promoção da eficiência energética complementada com a transição para fontes de energia renováveis de baixo impacto e preferencialmente descentralizadas.

As medidas prioritárias que defendemos mantêm-se do ano anterior e são:

Criar uma **taxa de carbono que reflita os custos ambientais da poluição**. As receitas devem ser obrigatoriamente consignadas a medidas de eficiência energética, melhoria da qualidade de serviço dos transportes públicos, e redução de outra carga fiscal (ISP, IRS, IRC), com especial foco em evitar efeitos regressivos em consumidores vulneráveis, na lógica da **neutralidade fiscal**;

Promover a **eficiência energética em todos os sectores económicos**, com **incentivos eficazes e apropriados a cada sector**, incluindo **benefícios fiscais em IRS e IRC**. Entre outras medidas, refirmam-se a **requalificação de edifícios com foco no desempenho energético**, dirigidos às famílias, empresas e instituições (incluindo isolamento térmico e aquecimento de águas sanitárias); e incentivos a medidas de gestão da energia e investimentos com retorno em 3-7 anos, para a indústria e serviços;

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação):

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



Portugal deverá dar seguimento à expansão das energias renováveis, em especial eólica e solar, fundamental para deixarmos a nossa dependência dos combustíveis fósseis.

Publicação das Zonas de Aceleração para as Energias Renováveis, após procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, onde os procedimentos de licenciamento serão simplificados.

Contamos poder contribuir, com outras ONGAs, para a definição de critérios não-preço, dos modelos de avaliação e dos dados de referência a serem recolhidos nos estudos e campanhas previstos, para que a transição energética seja feita de forma justa e sem pôr em causa a conservação da natureza.

(cont.)

Promover as **energias renováveis descentralizadas e de baixo impacto ambiental** na geração de eletricidade, com destaque para a energia solar, como parte de um planeamento integrado do território que garanta a proteção de valores ecológicos e o **envolvimento e partilha dos benefícios**, designadamente através da promoção das **comunidades de energia renovável**, removendo as barreiras administrativas existentes e apoiando projetos locais e de caráter social, sem fins lucrativos e de gestão democrática;

Garantir a **adequada localização, dimensão, desenho, instalação e operação de centrais solares e parques eólicos**, com base em processos de avaliação de impacto ambiental rigorosos e participados incluindo critérios exigentes;

Mitigar a pobreza energética através de mecanismos de **proteção dos consumidores vulneráveis** que garantam o acesso à energia como um bem essencial, de apoios financeiros a fundo perdido para a renovação energética profunda das habitações, de apoio técnico e social à escala local sobre energia em colaboração com as autoridades e outras organizações locais;

Eliminar incentivos perversos, socialmente iníquos e promotores de maus comportamentos ambientais, como os subsídios às barragens e aos carros individuais e as isenções de ISP; rejeitar falsas soluções, como a energia nuclear, a produção de "biomassa energética" ou a captura e armazenamento de carbono em grande escala, que implicam custos superiores, outros impactes ambientais, e não garantem a redução das emissões na escala necessária.

Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental

Multiplicam-se os alertas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC), a Pegada Ecológica, a Encíclica *Laudato Sí* ou o movimento dos jovens pelo clima. A mensagem é simples e clara: a destruição de recursos naturais decorre da nossa sociedade consumista e insustentável. Temos de mudar de mentalidade e abandonar o "crescimento" como indicador de desenvolvimento social para outros indicadores mais evoluídos e sustentáveis de medição do progresso das sociedades.

Deve ser instituída uma verdadeira reforma fiscal ambiental e social, em linha com recomendações de longa data da OCDE e da União Europeia.

As famílias e empresas não devem ser sujeitas a maior carga fiscal, mas esta deve ser redistribuída em função do desempenho ambiental e equidade social.

Aplica-se o princípio do triplo dividendo: as ecotaxas promovem a defesa do ambiente, a desoneração da carga fiscal sobre o trabalho promove o emprego, e os incentivos à eficiência promovem a inovação e a competitividade das empresas. Há vários exemplos de aplicação deste princípio em Portugal, mas de forma superficial e sem continuidade.

Esta reforma deve contribuir igualmente para o reforço de meios humanos e materiais do Estado, desesperadamente necessários, nos domínios do Ambiente, Ordenamento, Saúde, Energia e Mobilidade.

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

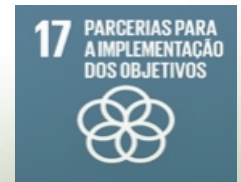


Transparência, participação e processos de decisão

Nos últimos anos assistimos ao renascer de projetos de obras públicas e privadas, sem fundamentação nem aplicação dos requisitos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ou Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). São exemplos disso projetos de regadio como a Barragem do Pisão, a barragem de Girabolhos, a nova linha de alta velocidade Porto-Carregado, ou os pressupostos para o novo aeroporto de Lisboa, já com a decisão para Alcochete. Esta estratégia do facto consumado não é nova, mas é absolutamente inaceitável.

As decisões devem ser tomadas após a avaliação informada com objetivos claros e meios credíveis.

Há que instituir uma nova forma de fazer política: estudar, discutir, e depois, decidir. A informação sobre os processos de decisão, em especial perante riscos ambientais e sociais, tem de ser pública e transparente. A consulta pública e as preocupações dos parceiros sociais têm de ser incorporadas nas decisões, em vez de constituir mero pró-forma. É importante que os agentes decisores, como Deputados, Magistrados e dirigentes da Administração Pública, possam ter formação em ambiente e participação.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria para os ODS

Mobilidade e Transportes

O setor dos transportes é um dos principais emissores de gases com efeito de estufa e outros poluentes, com impactos significativos na saúde pública, trânsito e tempo de deslocação. A resposta passa por um investimento estruturado no transporte coletivo, complementado por soluções de mobilidade suave.

Na última legislatura, registaram-se avanços ao nível da política tarifária e da infraestrutura, com a redução geral dos preços dos passes mensais e a correção de falhas decorrentes de anteriores períodos de desinvestimento. Contudo, permanece por **definir padrões de serviço** a nível nacional, assente em metas objetivas de frequência, intermodalidade, fiabilidade e tempos de percurso — **e cumpri-los**.

Impõe-se, assim, o reconhecimento do transporte coletivo como um serviço público essencial, garantindo os meios materiais e humanos necessários à melhoria sustentada da qualidade do sistema.

A espinha dorsal do sistema de transportes deve ser a ferrovia, com os seguintes princípios essenciais:

- A rede ferroviária tem de afirmar a sua competitividade em relação ao automóvel e ao transporte aéreo, quer pela qualidade do serviço prestado, quer pela relação custo-eficácia, devendo servir a maioria da população e cobrir todo o território com boa qualidade de serviço.
- Deve ser criado um **Plano de Exploração Ferroviária**, revisto periodicamente, com início imediato e horizonte 2030, criando horários coerentes. Todos os serviços devem ser cadenciados (ou seja, a intervalos regulares). O serviço ferroviário pesado deve ser estruturado em duas categorias: longo curso (intercidades, inter-regionais e regionais) e suburbanos.
- Os **serviços suburbanos** devem circular em linhas dedicadas com intervalos não superiores a 15 min, devendo troços de maior procura permitir frequências aproximadas de 5 min;

- Os serviços longo curso (integrando os actuais Alfa, IC, IR e R) devem cobrir uma rede de cerca de 150 estações (chegando a cerca de 80% da população, ao centro das principais cidades, portos, aeroportos e fronteiras), com um horário conjugado à escala nacional, e com intervalos não superiores a 2 h nas pontas da rede (superior nos eixos principais). Deve ter velocidades padrão competitivas: sugere-se como base de discussão 140 km/h, com 200 a 220 km/h nos eixos principais.
- As ligações internacionais devem ser negociadas ao nível inter-governamental, com a definição de metas mensuráveis. Para os serviços de proximidade transfronteiriça, deverá assegurar-se a existência de ligações intercidades e regionais frequentes, enquanto para distâncias superiores a 300 km se justifica a aposta na alta velocidade e/ou serviços ferroviários noturnos.
- Considera-se ainda essencial desenvolver um Plano Nacional de Mobilidade, com o devido suporte técnico e ampla participação dos parceiros sociais, conjugando os diversos modos de transporte

Participámos, assim, na Consulta Pública do projeto de quadruplicação da linha entre Alverca e Carregado, com uma apreciação positiva.

Visando estimular a inovação nos transportes, o GEOTA lançou, já em 2026, o **Prémio Eduardo Zúquete**, para estudos e projetos de sistemas de mobilidade sustentável.

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)

A AAE do NAL foi concluída em 2024, conduzindo a uma decisão do Governo de localização do NAL no CTA. Este processo teve aspectos positivos e negativos.

Pela positiva destaque-se a realização da AAE, conduzida numa fase inicial com grande abertura, e concluindo pela inviabilidade do Montijo e de Rio Frio, que o GEOTA e muitas outras instituições há muito afirmavam. Pela negativa devemos criticar:

- A opção política prévia e não fundamentada por um mega-hub, que condicionou toda a discussão e foi eleito o factor decisivo para a seleção do CTA, pois este era pior nos outros descritores;
- A subalternização dos critérios ambientais (uso do solo, ecologia, recursos hídricos, floresta, riscos diversos), que embora estudados foram ignorados na decisão final;
- A subalternização da ferrovia e da sua complementaridade com o serviço aéreo, desprezando a potencialidade da rede existente;
- A completa ausência de avaliação dos enormes custos e impactes da nova cidade aeroportuária e dos acessos ao CTA.

O GEOTA defende que a primeira prioridade do dossier "aeroporto de Lisboa" deve ser a procura de soluções eficazes para reduzir os impactes e limitações do AHD/Portela: eficiência do terminal e das operações, transferência modal da aviação para a ferrovia, complementaridade com outros aeroportos (Beja, Porto, Faro) por via ferroviária, redução do horário de vôos e insonorização dos receptores sensíveis.

O GEOTA não tem uma posição fechada sobre a saída do AHD da Portela. Entendemos, no entanto, que há muito a fazer antes disso — e em qualquer caso o CTA é uma péssima opção para o NAL, por motivos tanto ambientais como económicos. O dossier NAL terá de ser reaberto, porque a opção presente é desproporcionada e impraticável.



Alta Velocidade Ferroviária

A implementação de linhas de alta ferroviária em Portugal pode ter uma série de impactos ambientais, que geralmente são avaliados durante o planeamento e a execução desses projetos. O GEOTA reprovou o EIA do troço Soure-Aveiro da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa pelos severos impactes locais em Coimbra e no Vale do Mondego, desconsideração dos custos e impactes operacionais, ausência de análise de impactes cumulativos, e ausência de alternativas. O EIA não considera a requalificação ou duplicação da Linha do Norte nem tem uma equação económica transparente, levantando dúvidas sobre a relação custo-eficácia da LAV.

Decisões por troços isolados não consideram os impactos cumulativos da LAV, como consumo de energia, procura dos serviços, efeitos na população e no ambiente. Tão ou mais grave, o avanço, mal fundamentado, da LAV Porto-Lisboa em troços irá bloquear investimentos em outros serviços ferroviários mais necessários.

O GEOTA defende uma estratégia completamente diferente, com prioridade ao reforço drástico do serviço intercity para a coesão territorial, bem como a melhoria dos serviços suburbanos — uma FERROVIA PARA TODOS.

Agricultura e Ambiente

O aumento da agricultura intensiva, em particular o olival, acarreta um conjunto de graves impactos. Requer grandes quantidades de água, o que é particularmente preocupante nos cenários de alterações climáticas para o Sul do País, e contribui para a sua poluição, ao contaminá-la pela lixiviação de pesticidas e fertilizantes. A mobilização do solo e a remoção do coberto vegetal degrada a sua estrutura e promove a erosão. Requer igualmente mais energia do que a agricultura tradicional, contribuindo para a emissão de GEE, e provoca a destruição de habitats. E apesar de largamente subsidiada pela PAC, inviabiliza as metas das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves. Assim, propomos:

Desenvolver uma agricultura mais resiliente que respeite onexo água, solo e biodiversidade, seja mais adaptada à nossa paisagem e assegure uma alimentação adequada no território português com base na segurança e aprovisionamento alimentar e na dieta mediterrânica, diminuindo o défict da balança comercial do setor.

Um **Plano Nacional para o Uso do Solo**, com objetivos claros para a conservação e mecanismo de incentivo e desincentivo respetivamente de boas e más práticas, com fiscalização adequados.

Monitorização dos **impactes ecológicos e sociais da Agricultura, em especial das formas Intensivas** numa perspetiva comparada com outras formas de produção (de sequeiro, integrada, biológica)

Metas mais ambiciosas de promoção e apoio a modos de produção sustentáveis, **redirecionando subsídios públicos**, numa perspetiva de pagamento de serviços dos ecossistemas.

Criação de circuitos diretos e de redes de abastecimento e armazenagem de produtos agrícolas, fora das grandes cadeias comerciais, assim como de micro plataformas logísticas nas cidades, para regulação do abastecimento do comércio retalhista e do tráfego urbano.



GEOTA integra o grupo de entidades que constituem a Coligação Cívica "Participar no PEPAC", a qual iniciou a sua participação na Comissão de Acompanhamento Nacional deste plano.

Acompanhamos também o tema ao nível europeu, através do Grupo de Trabalho de Agricultura do EEB.

Vamos continuar a bater-nos por uma agricultura que respeite mais os recursos solo, água e biodiversidade as nossas condições edafo-climáticas, a dieta mediterrânica e a agricultura de sequeiro, e, ainda batermo-nos por processos de decisão mais democráticos e participativos.

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

2 ERRADICAR A FOME



Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade

Biodiversidade

Em relação à Biodiversidade interessa desenvolver as seguintes políticas e medidas:

- Implementar a Lei do Restauro da Natureza ao nível nacional;
- Reformar a gestão das Áreas Protegidas, conforme proposto pelo CNADS (2021): "Reflexão e Recomendação à Assembleia da República e ao Governo sobre a Gestão Sustentável de Áreas Protegidas no quadro do Pacto Ecológico Europeu";
- Garantir a implementação da Rede Natura 2000 (nomeadamente, a conclusão da elaboração dos planos de gestão e a ampliação desta rede ecológica em Portugal) e a efetiva aplicação da legislação e iniciativas de conservação, monitorização e fiscalização no Sistema Nacional de Áreas Classificadas;
- Concretizar o pagamento dos serviços dos ecossistemas a todo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, comprometendo o Estado com a valorização do património natural junto das comunidades, numa lógica de compensação por um serviço de interesse público prestado.
- Revisão do modelo de medidas compensatórias do abate de sobreiros e azinheiras para a realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública (DIUP) e a realização de empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local (DRSIEL) que reflita uma maior justiça ambiental e que garanta a sua implementação, monitorização e avaliação no longo prazo.
- Maior dotação orçamental e de recursos humanos de entidades de proteção e gestão ambiental, como destaque para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. É também necessário dar prioridade a projetos de conservação e restauro dos ecossistemas no Fundo Ambiental, aproveitando para alavancar projetos apoiados por fundos europeus.



Lei do Restauro

O Conselho de Ministros da EU adotou a 17 de julho de 2024, a Lei de Restauro da Natureza. Este resultado representa uma enorme vitória para a natureza, a ação climática, os cidadãos e o futuro da Europa.

Os Estados-Membros terão de iniciar a elaboração dos Planos Nacionais de Restauro. Esperamos que isto seja feito de forma estratégica e participativa com a sociedade civil e outros atores relevantes.

O GEOTA desenvolve, desde sempre, projetos de restauro e conectividade ecológicas dos quais se destacam, a Reserva Natural Local do Paul de Tornada e, mais recentemente, os Projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela nas áreas ardidas em Portugal continental, os quais irão continuar durante 2026. Estamos também a trabalhar em projetos de remoção de barreiras à conectividade fluvial.

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

15 PROTEGER A
VIDA TERRESTRE



Lei Europeia da Desflorestação

Publicada em junho de 2024, para combater a desflorestação global e a degradação florestal impulsionadas pelo consumo da UE, no final de 2024 a entrada em vigor foi adiada para 30 de Dezembro de 2026 para os grandes operadores e comerciantes, e 30 de Junho de 2027 para as micro e pequenas empresas

O GEOTA acompanha esse processo com atenção, especialmente tendo em consideração os projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela, TerraSeixevirídica e Invasoras que vão continuar em 2026



Ordenamento do Território

(cont.)

Em relação ao Ordenamento do Território:

- Reverter ou rever profundamente a nova "Lei dos Solos" (alteração do RJIGT) de modo a que a mesma não se transforme em mais um instrumento de especulação imobiliária e dispersão territorial, com benefícios privados e custos públicos a todos os níveis;
- Reverter a legislação e a medida que levou a que os Planos Especiais de Ordenamento do Território passem a Programas, deixando de vincular os particulares, bem como a excessiva permissividade introduzida com o "Simplex do Urbanismo";
- Reforço da Reserva Ecológica Nacional no sentido de constituir uma verdadeira rede de corredores ecológicos, coincidentes com a rede hidrográfica, que permita garantir a conectividade dos ecossistemas fluviais e terrestres, e contribuir para a regulação climática, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos solos e a prevenção de incêndios rurais.

Florestas

Nas florestas consideramos que o debate tem sido demasiado focado no combate a incêndios e pouco nas suas causas: o despovoamento, o desordenamento do território e as monoculturas sem gestão. As políticas e medidas propostas são:

- Desenvolver um Plano Nacional de Restauro direcionado especificamente para a renaturalização e restauro de habitats degradados, principalmente em áreas afetadas pelos incêndios, indo ao encontro da declaração da ONU para 2021-2030 como a década para o restauro ecológico.
- Restringir a replantação do eucalipto e não apenas novas plantações, visto que, segundo o 6.º Inventário Florestal Nacional, já ocupa cerca de ¼ do total da área florestal em Portugal.
- Criar um Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras, com foco em particular no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.
- Aprovar um Simplex para o RJAAR nas áreas abrangidas pelo Programa de Transformação da Paisagem de modo a desburocratizar e facilitar o processo para os pequenos proprietários e a acelerar a reflorestação e transformação da paisagem, especialmente nas áreas ardidas.

Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem

Um dos maiores desafios das próximas décadas será assegurar as necessidades de água num quadro de escassez crescente. Tal implica a redução de desperdícios nos diferentes setores, mas também alternativas na agricultura, o maior consumidor. Implica igualmente preservar as fontes de água doce, os nossos aquíferos e rios, prevenindo a degradação e restaurando os ecossistemas ribeirinhos, ameaçados sobretudo pela poluição e pelas alterações ao curso natural dos rios, através das barragens. Pese embora as vantagens, estas infraestruturas existem já em elevado número (i.e. mais de 15 000 barreiras em Portugal), e aceleram os processos de evaporação e degradação da água.

Deste modo, torna-se primordial assegurar que os rios e trechos de rios ainda livres possam ser alvo de maior proteção, como exigido na Lei da Água, através da criação de um estatuto de conservação semelhante às "reservas naturales fluviales" espanholas. É igualmente essencial ponderar o futuro das barragens em fim de vida útil e/ou que já não tenham funções sociais e económicas, estudando adaptações e/ou a remoção, a par do que tem sido o caminho traçado por Espanha, França ou Suécia. Importante também reforçar o poder e a dotação financeira de ferramentas de gestão de recursos hídricos à escala da bacia, com destaque para os Planos de Gestão de Região Hidrográfica. O atual modelo institucional não é o mais adequado: propõe-se devolver a autonomia às Administrações de Região Hidrográfica.



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Remoção de barreiras fluviais

O contributo do GEOTA para a remoção de barreiras à conectividade fluvial tem de ser reforçado com a obrigatoriedade de remoção de barreiras fluviais obsoletas, a exemplo do que se faz em Espanha e com apoio estatal para o efeito.

No território continental existem mais de 15 mil barreiras à conectividade fluvial, cujo efeito é, neste momento, negativo para as comunidades e os ecossistemas.

As barragens e barreiras à conectividade fluvial perturbam o funcionamento natural dos ecossistemas ribeirinhos e causam declínios de larga escala não só nas populações de peixes, mas também em outros taxons. Para além disso constituem-se como barreira ao fluxo natural da água e dos sedimentos. Por esta razão, as barragens e barreiras que são obsoletas ou que não são usadas devem ser removidas, permitindo aos rios retomar o seu estado mais próximo do "natural".

A ciência mostra-nos que as barragens têm, na verdade um efeito negativo nas alterações climáticas, libertando gases de efeitos estufa, destruindo sumidouros de carbono, retirando os nutrientes dos ecossistemas, destruindo habitats e a sua biodiversidade associada. As barreiras criam ainda um potencial de inundação face aos episódios de chuva intensa previstos com as alterações climáticas, pondo vidas em risco e colocando os governos e a indústrias em posições financeiras difíceis.

O GEOTA considera assim importante a implementação de um programa Nacional de "Remoção de Barreiras", com o financiamento inerente, como os que existem por toda a Europa e mundo, para remoção de barreiras obsoletas. Este programa seria uma aposta clara no restauro ecológico dos ecossistemas ribeirinhos e no cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030. A Comissão Europeia estabeleceu como meta para 2030 no âmbito da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, o restauro de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas ribeirinhos.

Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça

A Convenção de Albufeira, apesar de ser um documento essencial para regulação do regime de caudais, ao nível transfronteiriço, encontra-se desajustada e desadequada. Prevê a definição de caudais ecológicos desde a sua assinatura em 1998, mas nestes 23 anos tem-se, efetivamente, mantido em vigor um regime de caudais mínimos que deveria ser transitório.

O GEOTA considera essencial o investimento no estabelecimento de caudais ecológicos regulares, contínuos e instantâneos, medidos em metros cúbicos por segundo (m³/s), e respeitando a sazonalidade das estações do ano, ou seja, maiores no inverno e outono e menores no verão e primavera, por oposição aos caudais mínimos negociados politicamente e administrativamente há 23 anos na Convenção de Albufeira sem se concretizar o processo de transição para o regime caudais ecológicos que essa mesma Convenção prevê.

Consideramos essencial o investimento na cooperação transfronteiriça, para que os 2.700 hm³ de caudal mínimo anual sejam enviados por Espanha com a regularidade que serve a sociedade e o ambiente português.

Neste sentido, é imperativo repensar investimentos como:

- a nova barragem no rio Ocreza (em estudo pela Agência Portuguesa do Ambiente e que pode custar 360 milhões de euros);
- o canal para transvase desde o rio Zêzere, no Cabril, até ao rio Tejo, em Belver (100 milhões de euros), que consideramos serem gastos desnecessários, dada a possibilidade de negociação de caudais ecológicos vindos de Espanha.

O GEOTA defende a necessidade de os caudais ecológicos integrados nos planos de gestão das regiões hidrográficas serem efetivamente transpostos para a Convenção de Albufeira.

Beneficiando das redes já estabelecidas no território, como a ProTejo e a #MovRioDouro, onde participamos, vamos continuar a acompanhar o trabalho nas respetivas regiões.

Barragem do Pisão

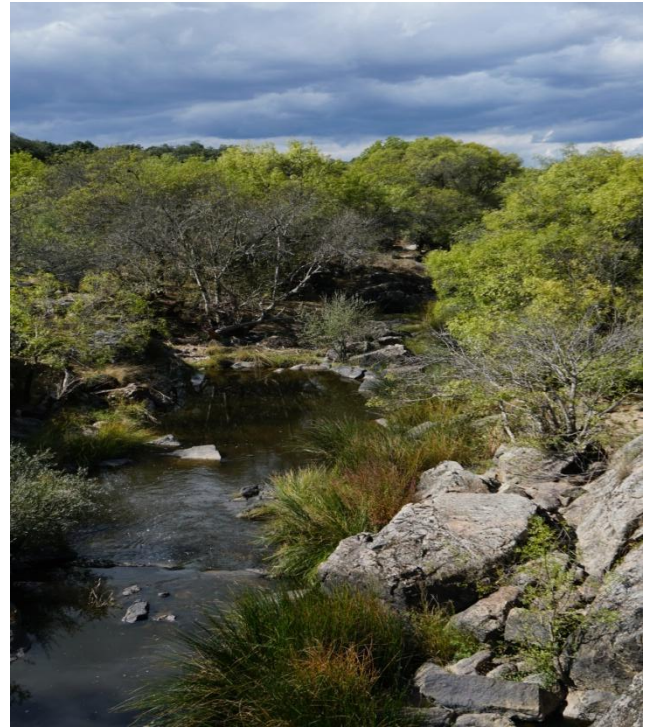
O governo não desiste do seu objetivo de construir mais uma barragem para promover o regadio, com impactos ambientais muito significativos no território e nos recursos hídricos.

A anunciada construção da barragem do Pisão terá impactos ambientais que não foram devidamente considerados.

Impactes ambientais relevantes:

- Obstrução da continuidade longitudinal do rio que por sua vez irá ter consequências nos processos transversais (mobilidade lateral do rio) e verticais (recarga dos aquíferos);
- Alteração do sistema fluvial natural com fragmentação dos habitats;
- Alteração do carácter da Paisagem Cultural;
- Alteração da galeria ripícola, diminuição da qualidade e diversidade de habitat e consequentemente diminuição da biodiversidade;
- Promoção da agricultura intensiva (nomeadamente do olival) que exercerá enorme pressão sobre os recursos hídricos, sobre o solo e sobre os ecossistemas.
- Retenção de sedimentos e agravamento da erosão costeira.
- Impactes sociais e económicos:
- Inundação da Aldeia de Pisão e desalojamento de cerca de 60 habitantes.
- Perda de património imobiliário e fontes de produção económica e de consumo próprio (hortas e quintas) das famílias;
- Stress e enorme pressão psicológica para as famílias aceitarem indemnizações baixas;
- Mau uso de fundos comunitários dado o contexto ambiental atual, e as diretrizes europeias para o resolver.

É essencial considerar estes pontos e refletir sobre a necessidade de construção de novas barragens vs a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos vs alterações climáticas vs cumprimento dos objetivos de qualidade de água exigidos pela DQA.



O GEOTA lidera um grupo de ONGA, integrando a LPN, QUERCUS, ZERO, com o apoio da SPEA, que colocou na justiça este projeto, por contestar quer a sua necessidade quer a forma deficiente como foi feita a avaliação de impacto ambiental, bem como o desrespeito pelo princípio de "Do No Significant Harm" que todos os financiamentos comunitários pelo PRR devem observar.

Em 17 de janeiro de 2025 o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco anulou a DIA do empreendimento.

Em 03 de outubro de 2025, foi contestado novamente em tribunal pelas 4 ONGA tendo sido decretado um embargo da obra pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. Os municípios do Crato, Avis e Alter do Chão e da CIMAA apresentaram recurso desta decisão para o Tribunal Central Administrativo Sul, que rejeitou os argumentos apresentados pelos referidos municípios.

Em 19 de março de 2026, este grupo de ONGA interpôs um requerimento para suspender "de imediato" as obras na Barragem do Pisão, face ao abate de mais de 14 mil árvores, em fevereiro e início de março de 2026.

Vamos continuar a liderar este contencioso com o Estado Português, a APA e a CIMAA com ação jurídica, processos cautelares, participação em consultas públicas de projetos relacionados, acompanhamento da evolução dos concursos públicos e campanhas de informação do público.

Programa Nacional de Regadio

De forma coerente, continuamos a defender o mesmo que em períodos anteriores.

A utilização sustentável da água deve integrar uma gestão eficiente da capacidade de armazenamento, bem como uma gestão eficiente da utilização da água, garantindo os caudais ecológicos, conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior escassez hídrica.

De acordo com isto, estrategicamente, não é viável, numa situação de emergência climática, apostar em atividades que necessitam de elevados consumos hídricos.

A gestão de recursos hídricos deve compatibilizar-se com as metas definidas pelas estratégias europeias, como o European Green Deal e a Diretiva Quadro da Água.

De acordo com o Relatório Especial da Utilização Sustentável da Água na Agricultura, efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu: "O financiamento da UE para projetos de irrigação tem salvaguardas fracas contra a utilização insustentável da água. A instalação de novas infraestruturas de irrigação que alarguem a superfície irrigada irá provavelmente aumentar a pressão sobre os recursos de água doce".

É de facto essencial uma mudança de paradigma na gestão dos recursos hídricos, com a integração das questões ecológicas, sociais e económicas.

Considerando que, acautelar as necessidades hídricas para as atividades humanas terá sempre impactes ecológicos nos rios, reforçamos a necessidade de entender estes sistemas como corredores ecológicos importantes para a manutenção da biodiversidade e dos processos ripícolas. Para isso, devem considerar-se sistemas agrícolas adequados, de forma a reduzir as áreas grandemente dependentes do regadio, com práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas, ao contrário da pressão sobre os recursos hídricos criada pelas grandes extensões de monoculturas intensivas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos tem de considerar a conservação dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e a manutenção dos serviços de ecossistemas fluviais. Globalmente temos de apostar na recuperação da Paisagem Fluvial e na recuperação do território degradado pelas inúmeras pressões que tem vindo a ser alvo, recuperando os ecossistemas de forma a promover a infiltração de água no solo e a recarga dos aquíferos. Isto implica, necessariamente repensar o Programa nacional de Regadios e apostar na agricultura tradicional com minimização das necessidades de água.

Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) e Cidadania Ambiental

O objetivo de EAS consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar crianças, jovens/todo(a)s o(a)s cidadã(o)s para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

Sem Educação Ambiental não haverá mudanças substanciais dos estilos de vida, nem dos estilos de produção/consumo.

Por mais que haja legislação, declarações, projetos, propostas de mudanças! Sem mudança de mentalidades, sem mudanças nos valores e nas atitudes, não haverá mudança nos comportamentos. A maior parte das atuais práticas apelidadas de “amigas do ambiente” são mera cosmética, em que se substitui um consumo por outro, ou se finge mudar, para deixar tudo na mesma.

Portanto, ou se faz um esforço sério em educação ambiental de crianças, jovens e adultos, ou serão propostas fracassadas. Não nos admiramos com a ineficácia dos acordos internacionais e dos alertas da ciência! **A verdade é que: 1. A educação ambiental não nasce por geração espontânea! 2. A educação ambiental não se propaga por magia!** Precisa de projetos plurianuais, científica e pedagogicamente bem feitos, com investimento consciente e consistente em recursos materiais e em recursos humanos nas diversas instituições (Escolas, ONG, Autarquias, Áreas Protegidas, outros). Precisa, urgentemente, de um reforço significativo na formação de formadores, educadores e professores.

A integração da educação ambiental, cidadania e voluntariado ambiental para crianças e jovens em idade escolar é de suma importância por várias razões que se complementam e se reforçam. É um investimento no presente e, sobretudo, no futuro. Ao incutir a educação, a cidadania e o voluntariado ambiental desde cedo, estamos a contribuir para uma mudança de paradigma, afastando-nos de uma cultura de consumo irresponsável para uma de sustentabilidade e respeito pelos recursos naturais e a preparar uma geração mais consciente, responsável e ativa, capaz de construir um planeta mais saudável e equitativo para todos.

A integração da educação ambiental, cidadania e voluntariado ambiental para crianças e jovens em idade escolar é de suma importância por várias razões que se complementam e se reforçam. É um investimento no presente e, sobretudo, no futuro. Ao incutir a educação, a cidadania e o voluntariado ambiental desde cedo, estamos a contribuir para uma mudança de paradigma, afastando-nos de uma cultura de consumo irresponsável para uma de sustentabilidade e respeito pelos recursos naturais e a preparar uma geração mais consciente, responsável e ativa, capaz de construir um planeta mais saudável e equitativo para todos.

O GEOTA promove e desenvolve, desde a sua formação, programas e projetos e atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental para a sustentabilidade, de âmbito nacional, direcionados a toda a comunidade escolar (privilegiando sempre a educação inclusiva) e público em geral.

Possui, por isso, experiência adquirida que vai pondo em prática nos projetos em que se envolve, como sejam

- a participação ativa na criação e gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, que inclui a administração conjunta e coordenação pedagógica do Equipamento de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EqA) - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e, que dispõe de um Serviço Educativo e um Plano de Atividades, em permanência para toda a comunidade;
- a coordenação nacional do Projeto Europeu Coastwatch, com 35 anos de existência, visando a monitorização ambiental voluntária e a recolha de lixo marinho.
- Lançou no ano letivo 2023-2024, o Projeto “Os Insetos são nossos Amigos” com a dinamização das Oficinas Bzzzzatividades – Bichinhos carpinteiros, nas Escolas, em sala e no espaço exterior, continuando as atividades até 2026.
- Dinamizou, em conjunto com o ESE-IPB e a Fundação Aga Khan, o Prémio Conceição Martins e o 1º Congresso Internacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, a 8 e 9 de Março de 2026, na ESE-IPB.

Desenvolve igualmente atividades ligadas à manutenção e renaturalização de áreas ardidas com atividades de informação e voluntariado na plantação de espécies autóctones e/ou mais apropriadas para as condições do terreno, gestão ambiental partilhada, com os projetos Renature e, ainda a informação e sensibilização do público sobre a gestão de recursos hídricos e a renaturalização de troços de cursos de água com recuperação da conectividade fluvial.

Dispomos de uma professora em mobilidade ao abrigo do protocolo entre os Ministérios da Educação, Ambiente e Ação Climática que dinamiza e divulga todas as atividades de educação ambiental que desenvolvemos. Os projetos e as atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental, de âmbito nacional, desenvolvidas pela professora em mobilidade no GEOTA, para toda a comunidade escolar e público em geral, pretendem aumentar a literacia e a interação com o mundo que nos rodeia, promover o pensamento crítico através da manipulação e contato com a Natureza, promover o relacionamento interpessoal, o trabalho de equipa e aprendizagem cooperativa, sempre numa perspetiva interdisciplinar e em contato com a Natureza. Promover as Aprendizagens Essenciais dos vários ciclos, que visam facilitar o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, privilegiar a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, compromisso fundamental com 16 medidas enquadradas pelos objetivos estratégicos, Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta e Educação Ambiental + Participada, onde se relevam, as medidas #2 - Cooperação Interministerial e #14 - Promoção do estatuto de Organização Não-Governamental de Ambiente e contribuir para a prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Os projetos e atividades de educação, cidadania e voluntariado ambiental do GEOTA estão alinhados com os documentos estratégicos vigentes, como a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, a Estratégia Nacional para as Florestas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Atualmente, o GEOTA dispõe de um Programa Educativo “Todos Juntos pela Natureza”, de âmbito nacional, abrangente, sempre disponível e que pode ser requisitado pela comunidade escolar e público em geral.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

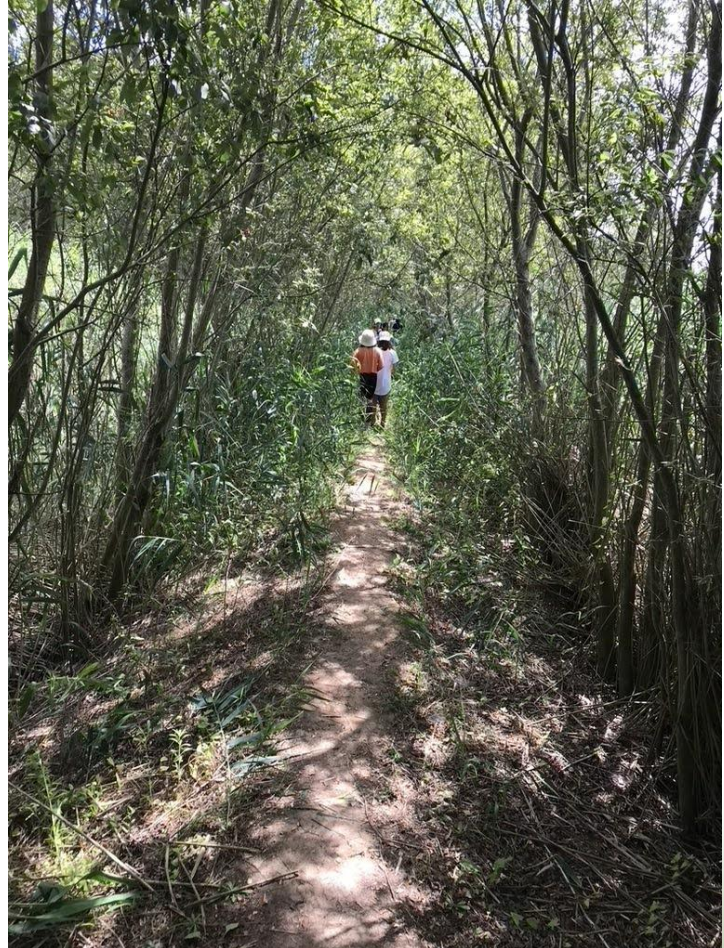


Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A nossa Missão e a nossa Visão

A **missão do GEOTA** é promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Visão do GEOTA: Um futuro melhor onde o ambiente e as pessoas coexistem de forma sustentável, justa, transparente e participativa



Os nossos princípios

Os nossos valores e princípios de atuação são 10 e foram fundados na nossa forma de pensar e de fazer que nos caracteriza enquanto Organização Não Governamental de Ambiente, já com mais de 40 anos de atividade e conjugam-se com a Missão e a Visão. São eles:

- Desenvolvimento sustentável,
- Competência,
- Independência e contrapoder,
- Trabalho voluntário e compromisso,
- Idealismo nos objetivos,
- realismo na ação, Transparência,
- Postura colaborativa,
- Postura irreverente,
- Postura inclusiva,
- Aposta no associativismo

Desenvolvimento sustentável

O GEOTA nasceu a partir de uma ideia fundamental: é indispensável considerar o Ambiente como um fator central de desenvolvimento. Não há desenvolvimento possível sem salvaguardar os recursos ambientais, tal como não é possível proteger o ambiente à revelia das aspirações dos cidadãos. Defendemos um conceito de Ambiente englobando não só a Natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas e a gestão dos recursos naturais.

Independência e contrapoder

O GEOTA é totalmente independente face a instituições oficiais, interesses económicos, corporativos ou outros. Sempre, que necessário, assumiu e assumirá uma postura crítica construtiva face aos poderes políticos vigentes, qualquer que seja a sua ideologia.

Idealismo nos objetivos, realismo na ação

O ambiente que queremos defende-se no dia-a-dia, mas demora uma vida a construir.

Transparência

A transparência é imprescindível para garantir os direitos dos cidadãos de participação nos processos decisórios e no acesso à informação e justiça ambiental, no combate à corrupção e às injustiças ambiental, económica e social, devendo o GEOTA dar o exemplo em todos os processos externos e internos.

Aposta no associativismo

O GEOTA defende uma filosofia “em rede” para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirijista do movimento.

Competência

As posições, trabalhos e intervenções públicas do GEOTA são sempre fundamentados. Recusamos a demagogia e o espetáculo pelo espetáculo, em favor da seriedade, do conhecimento rigoroso e da qualidade.

Trabalho voluntário e compromisso

O GEOTA é aberto a todos os cidadãos. Embora tenha ao seu serviço profissionais, o estatuto de membro de pleno direito e os cargos de direção baseiam-se no trabalho voluntário, pilar fundamental da atividade associativa.

Postura colaborativa

O GEOTA pretende contribuir para o progresso da sociedade, nunca se limitando à crítica estéril. Está, portanto, sempre aberto à colaboração com outras entidades na prossecução de objetivos comuns.

Postura irreverente

O trabalho no GEOTA não é apenas algo profundamente sério, pela importância dos assuntos em jogo — é também uma atividade lúdica, uma expressão do nosso modo de estar. Não somos convencionais ou cinzentos, não reverenciamos os poderes instalados, não aceitamos as coisas como estão

Postura inclusiva

O contributo de todas as pessoas que partilham os fins e valores do GEOTA é bem-vindo para ajudar no cumprimento da missão e no trabalho para a visão.

Objetivos e prioridades para 2026

O Objetivo e Prioridades para 2026 seguirão os do mandato dos órgãos sociais eleitos a 18 de abril para o biénio 2026/2027.



Os nossos principais programas e projetos

Apresentam-se nesta seção o que reservamos para os nossos principais projetos para o ano de 2026. São eles:

- Coastwatch "Dos Rios aos Oceanos"
- Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada
- Programa Rios Livres
- Programa Renature
- Terra Seixe
- Outras ATP
 - Energia e Clima
 - Transportes e Mobilidade
 - Comunicação
 - Consumo
 - Mesas Redondas à Volta da Terra
 - Prémios e congressos

Há muitas mais atividades que o GEOTA desenvolve e que serão referidas neste documento mais à frente.

Coastwatch

É um projeto europeu de educação ambiental para a sustentabilidade, ciência cidadã e voluntariado ambiental, dinamizado em Portugal, pelo GEOTA desde 1990.

Espera-se que 3 mil a 5 mil cidadãos individuais ou em grupos (escolas, ONG, famílias, grupos de vizinhos, etc.), possam realizar caminhadas à beira-mar, de pelo menos 500m, para observação e registo dos animais, algas, plantas marinhas, tipo de zona costeira, de eventuais tipos de poluição, riscos e ameaças na zona costeira, com recolha de lixo marinho e com registo de dados inseridos online num formulário ou na App "GEOTA QUESTIONÁRIOS" (para IOS e Android).

Será mobilizada a rede de coordenadores regionais protocolados - ONG, Escolas, Municípios, Associações, etc. e que durante as campanhas anuais temáticas, dinamizam, apoiam, promovem e divulgam o Projeto Coastwatch na sua região. Irá dinamizar-se a parceria com a AdTA - Águas do Tejo Atlântico para apoio nas ações de formação mensais e saídas de campo Coastwatch com visita às Fábricas de Água em zonas costeiras na área de intervenção da empresa.

Para 2026 projetam-se as seguintes atividades:

- Disseminação da 36ª Campanha Coastwatch 2025-2026 todos juntos pelo litoral" através das redes sociais, emails RGPD, em eventos presenciais e online a nível nacional, em sessões informativas nas escolas, em ONGS, etc.;
- Acompanhamento de cerca de 60 saídas de campo Coastwatch para o público escolar e outros grupos na zona oeste, LVDT e outros municípios.
- Dinamização de ações de formação de curta duração, mensais, nas zonas costeiras da área de concessão da Empresa Águas do Tejo Atlântico. Estas ações contam com o apoio Empresa Águas do Tejo Atlântico.
- Dinamização de saídas de campo Coastwatch associadas a visitas a Fábricas de Água Empresa Águas do Tejo Atlântico. Estas ações contam com o apoio Empresa Águas do Tejo Atlântico;



(cont.)

- Realização de sessões informativas Coastwatch presenciais (na zona oeste) e online (para todo o país) sob tema "O Oceano começa em nossa Casa" para Escolas do Ensino Básico/ Secundário e profissional e outros grupos;
- Realização do 36º seminário nacional do projeto Coastwatch, durante o mês de maio e junho de 2026
- Lançamento da 37ª campanha Coastwatch.

Mais informações

www.coastwatch.pt

Equipa

Teresa Lemos ©, assessora técnica

Carla Pacheco, Professora em mobilidade estatutária para a dinamização dos projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS) do GEOTA

Helder Careto, Secretário Executivo e apoio técnico

Saúde Martins, Secretária de Direção e apoio de contabilidade

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada

O Paul de Tornada é uma zona húmida localizada no concelho de Caldas da Rainha, e um verdadeiro refugio para a vida selvagem. Alberga grande diversidade de aves, répteis, anfíbios, mamíferos, inúmeros invertebrados, fungos e plantas. Classificado como Reserva Natural Local em 2009, integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas e está classificado internacionalmente como Sítio Ramsar desde 2001.

Junto ao Paul de Tornada localiza-se o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (Centro), um equipamento para a educação ambiental e centro interpretativo da Reserva Natural do Paul de Tornada (Reserva).

O Centro é gerido pelo GEOTA e pela Associação PATO contando com o apoio do Município de Caldas da Rainha.

A Reserva é dotada de uma Comissão Diretiva presidida pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e das 2 associações.

A visitação à Reserva é feita através de um trilho circular pedonal de 4km, e existem diversos equipamentos de apoio à visitação - observatórios, pontes, placares informativos e um espaço de lazer com parque infantil e mesas de picnic.

O Centro oferece um Serviço Educativo dirigido a toda a população e dinamiza atividades como workshops, ações de formação e ecocaminhadas.

O Centro acolhe voluntários, estagiários de ensino profissional e universitário e investigadores que desenvolvem os seus trabalhos no âmbito do Plano de Gestão da Reserva.



Para 2026 projetam-se as seguintes atividades:

- Saídas de campo e ateliers temáticos (ao longo de todo o ano)
- Atividades de ocupação dos tempos livres para crianças (pausas escolares)
- EcoCaminhadas (mensais)
- Ações de voluntariado para escolas e público em geral (ao longo de todo o ano)
- Workshops e Ações de formação para professores (fevereiro, datas a confirmar)
- Inventariação e monitorização da biodiversidade do Paul de Tornada (ao longo de todo o ano)

Equipa

Teresa Lemos ©, assessora técnica

Carla Pacheco, Professora em mobilidade estatutária para a dinamização dos projetos e atividades de educação ambiental para a sustentabilidade (EAS) do GEOTA

Helder Careto, Secretário Executivo e apoio técnico

Saúde Martins, Secretária de Direção e apoio de contabilidade

Mais informações: www.ceept.pt

Programa Rios Livres

O GEOTA desenvolve, através do Programa Rios Livres, um trabalho contínuo integrando a sociedade civil e organizações, sendo o desafio do Programa Rios Livres a promoção da conservação e reabilitação dos rios num contexto holístico e ecossistémico, com os objetivos de melhorar a gestão dos ecossistemas ribeirinhos e de aumentar o conhecimento e a participação pública. Estas ações são uma contribuição essencial para a ação climática.

Em 2026 continuaremos a trabalhar na promoção do restauro fluvial e de alternativas a novas barragens, com principal foco na remoção de barreiras obsoletas, na criação de paisagens de retenção de água, na participação pública efetiva e na cooperação e integração entre diversos actores (organizações de ambiente, academia, entidades regulatórias, governos locais, entre outros).



Destacamos em 2025, entre muitas outras actividades, o lançamento do Documentário "Até à última Gota" e a sua participação em festivais a nível nacional e internacional, a organização do Encontro Afluentes, e a remoção do açude do Sourinho, e a candidatura a financiamento do projeto **Beyond Restoration**, que pretende dar continuidade às ações do programa entre 2026 e 2028.

Equipa

Ana Catarina Miranda @: Bióloga, Doutorada em Ciências Naturais

Lígia Vaz de Figueiredo: Especialista em Recursos Hídricos, Doutorada em Restauro e Gestão Fluvial

Regina Falcão: Comunicação e Marketing, Geóloga, pós-graduação em Riscos Naturais

Hugo Pegado: Especialista em SIG e Ordenamento do Território. Licenciado em Urbanismo pós-graduação em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica.

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA **Hélder Careto** e **Saúde Martins**

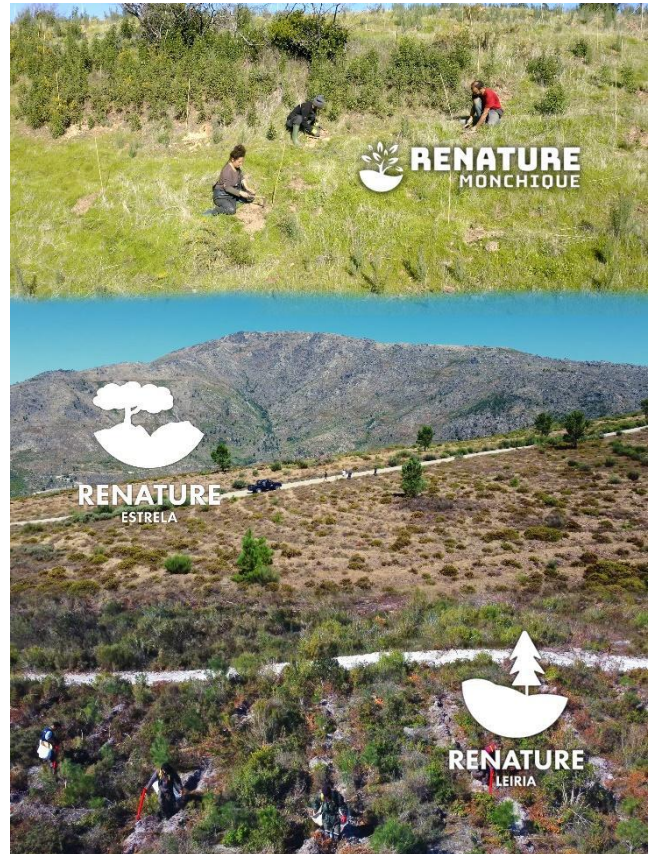


Programa Renature

O programa Renature visa promover o restauro ecológico e a reflorestação de áreas ardidas em Portugal. Com os incêndios florestais surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações dos projetos apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, ao mesmo tempo que reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais.

As ações no terreno serão realizadas por equipa especializada, sob a coordenação e supervisão do GEOTA, que garantirá também a sua formação. O GEOTA será responsável pelo planeamento, desenho e implementação dessas intervenções, bem como pela sua monitorização e avaliação. Os projetos Renature também pretendem ter um impacto social e económico nas regiões em que se inserem pelo que, sempre que possível, serão contratados ou adquiridos localmente, materiais, máquinas e aluguer de veículos, plantas e mão-de-obra. Como parte desta estratégia, o GEOTA também desenvolverá uma campanha de consciencialização e educação junto da comunidade local de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adotar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Neste momento existem três projetos Renature em atividade – Monchique (2019), Leiria (2022) e Estrela (2026) – que se localizam na Serra de Monchique, Mata Nacional de Leiria e Serra da Estrela, respetivamente.

Em 2026 o objetivo passa por dar continuidade aos projetos Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela de modo a expandir o impacto e os resultados do programa e explorar novas oportunidades de financiamento e que contam com o financiamento da Ryanair, One Tree Planted e Ecosia, respetivamente e parcerias até ao momento com o ICNF, Câmara Municipal de Monchique, Região de Turismo do Algarve, Baldios de Cortes do Meio e Baldios de Verdelhos. O projeto Renature Leiria, está na fase final do trabalho iniciado em 2021 sendo que um dos principais objetivos para 2026 passa por garantir a sua continuidade de modo a retomar os trabalhos no final de 2026 ou início de 2027. Sendo 2026 um ano de transição em vários projetos prevê-se plantar mais 290 000 árvores autóctones.



Equipa

Miguel Jerónimo ©: Arquiteto Paisagista

João Madeira: Comunicação e Marketing,
Ciências da Comunicação

Justin Roborg-Søndergaard: Consultoria
Científica, Ecologista

Apoio técnico e administrativo do Secretariado
do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins

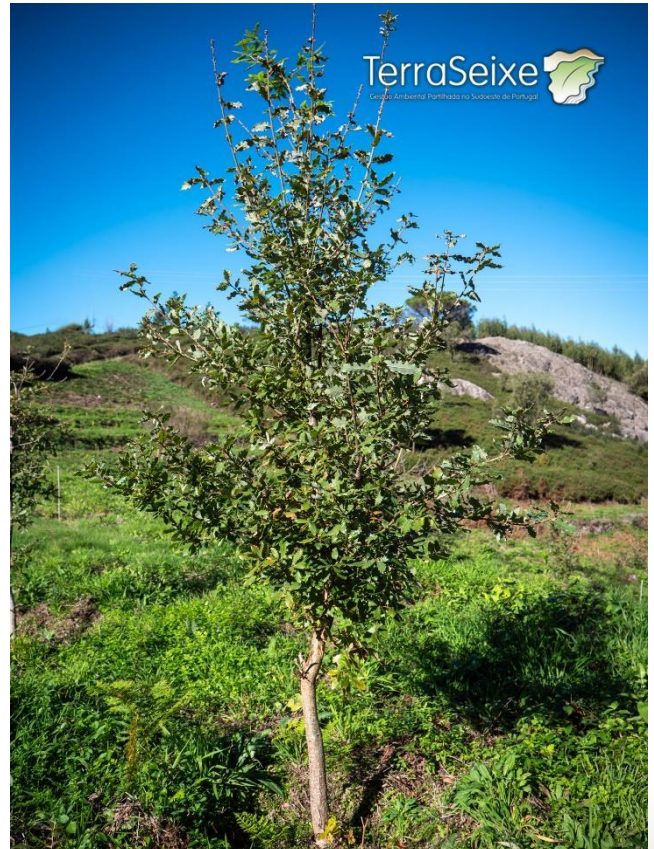
Projeto TerraSeixe

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasceu de preocupações com o estado de conservação da biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe, contando com onze parceiros institucionais. O incêndio de Monchique de Agosto de 2018 teve forte impactos na Serra de Monchique, classificada como Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia que pretende assegurar no longo prazo a conservação dos habitats mais ameaçados e contribuir para a perda de biodiversidade.

O projeto desenvolve-se como projeto piloto de gestão ambiental partilhada de caráter transdisciplinar como resposta às problemáticas ambientais encontradas na área da conservação da biodiversidade, uso do solo e das alterações climáticas. Em particular, com a proteção e conservação de espécies de distribuição restrita, como sejam as espécies endémicas e com a necessidade de planificar e ordenar um território com vista a torná-lo mais resiliente face às alterações climáticas, que já se fazem sentir ou que se prevejam e em relação às quais o Sul de Portugal é particularmente vulnerável.

Atualmente o foco do projeto consiste em desenvolver bosques autóctones da Serra de Monchique para a conservação da espécie arbórea mais emblemática desta região, o carvalho-de-Monchique - *Quercus canariensis*. Estudos indicam que podem existir apenas 300 indivíduos em Portugal pelo que está classificada como Criticamente em Perigo pela Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal.

Como em 2025 se concluiu as atividades previstas no financiamento da Associação Viridia – Conservation in Action que termina em Maio de 2025 resultando num trabalho de dois anos (2023 – 2025), o principal objetivo para 2026 é garantir a continuidade do trabalho através de uma candidatura ao Programa Algarve2030 cofinanciada pela Associação Viridia e Município de Monchique de modo a expandir o impacto e os resultados do projeto.



Equipa

Miguel Jerónimo ©: Arquiteto Paisagista

João Madeira: Comunicação e Marketing,
Ciências da Comunicação

Justin Roborg-Söndergaard: Consultoria
Científica, Ecologista

Apoio técnico e administrativo do Secretariado
do GEOTA Helder Careto e Saúde Martins

Outras atividades

O GEOTA desenvolve um conjunto vasto de atividades ligadas ao ambiente, as quais surgem, a maior parte das vezes, pela iniciativa voluntária dos seus associados/as.

Há, também, projetos de menor dimensão, em termos de mobilização de recursos, mas que não deixam de ter a sua importância para o trabalho global da organização e para o cumprimento da nossa missão.



Através do secretariado e serviços:

- Vai promover-se a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.
- Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.
- Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada
- Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.).

Mobilidade e Transportes

O Grupo de Mobilidade vai continuar a acompanhar os dossiers do Plano Ferroviário Nacional e do Novo Aeroporto de Lisboa — defendendo sempre o ideal de melhores transportes públicos para todos os cidadãos portugueses e políticas de mobilidade mais sustentáveis.

A principal atividade programada para este ano é o desenvolvimento da campanha "Ferrovia para Todos". Neste âmbito, está a ser desenvolvido uma proposta para um padrão de serviço para longo curso, baseando-se em modelos de sucesso como o suíço e o holandês com a sua aposta na frequência, intermodalidade e pontualidade.

Pretende-se apoiar o movimento crítico em relação à localização do novo aeroporto de Lisboa, com objetivo de defender alternativas financeira e ambientalmente mais sustentáveis.

Relativamente à ferrovia de alta velocidade, pretende-se manter a posição crítica do atual projeto, apontando a alternativas como a campanha "Ferrovia para Todos" para servir todo país de igual forma.

Equipa

Patrick Gugg ©, J. Joanaz de Melo, Lora Simeonova, A. Catarina Oliveira, Patrícia Tavares, Pedro Costa, Nuno Henrique Luz

GEOTA em Ação

O GEOTA em Ação é a nova newsletter mensal do GEOTA destinada aos inscritos através da página do GEOTA e outros destinatários, visando promover as iniciativas de formação, voluntariado e as campanhas do GEOTA. Começou primeiro como GeotaLupa e uma consulta aos associados permitiu escolher o novo nome.

Equipa

Helder Careto ©, João Rijo Madeira, Américo de Abreu Ferreira, Carla Pacheco, Teresa Lemos e outros colaboradores.

Energia e Clima

Acompanhamento da política energética, e participação nas consultas públicas de projetos com impactes ambientais, como centrais solares e minas de lítio.

Participação em campanhas para a promoção das renováveis descentralizadas.

Organização de um evento de discussão sobre as comunidades de energia.

Reflexão sobre os objetivos do grupo e angariação de novos membros.

Equipa

Miguel Macias Sequeira ©, João Joanaz de Melo, Patrícia Tavares

GEOTALINE e Comunicação aos associados

Continuar a atividade do canal GEOTALINE, através do envio de conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contactam vão organizando, com uma média quinzenal.

Angariar, entre os associados, peritos para criar uma bolsa temática; em diversas áreas de ambiente de modo a oferecer um serviço de apoio em informação para o esclarecimento de dúvidas técnicas na área do ambiente que nos chegam de forma regular por mail ou telefone.

Organizar um encontro de associados na oportunidade de um evento institucional do GEOTA ou de uma efeméride como o aniversário.

Equipa

Saúde Martins ©, Hélder Careto,

Plano de Marketing e Comunicação

A Direção do GEOTA aprovou um plano de Marketing e Comunicação para 2026 (em anexo), que resultou de uma proposta de trabalho de Nuno Henrique Luz, na assessoria de comunicação para o GEOTA.

Em 2026, se as condições financeiras o permitirem, pretende-se continuar esse trabalho.

Consumo

1. Informação

Serão informados os associados do Geota e o público em geral sobre formas de consumo mais consciente e mais amigo do ambiente, através das redes sociais e correio eletrónico. Serão abordadas várias temáticas, como o excesso de consumo de carne, o excesso de consumo de roupa, expondo sempre alternativas mais sustentáveis e economicamente mais favoráveis ao cidadão, defesa das formas de mobilidade mais amigas do ambiente etc.

2. Água

a) Divulgação das vantagens económicas e de saúde pública do consumo de água da torneira, em detrimento da água da torneira. Este projeto vai ser desenvolvido junto de algumas juntas de freguesia de Lisboa, com a colaboração da EPAL.

b) Em colaboração com a EPAL, tentar dinamizar um projeto de instalação de bebedouros nas escolas públicas de Lisboa. Que seria a continuação do outro projeto já realizado com a EPAL em que foram colocados vários bebedouros na Cidade de Lisboa. Parece-nos essencial que as crianças sejam educadas desde cedo a beber da rede pública.

3. Resíduos da restauração

Em parceria com a AHRESP, explorar possíveis formas de dinamizar um projeto de prevenção da produção de resíduos nos restaurantes e cafés.

Equipa

Patrícia Tavares ©, Patrícia Veloso

Contencioso Ambiental

As ONGA encontram-se, recorrentemente, face a uma avalanche de atentados ambientais.

O GEOTA, em conjunto com outras ONGA, está envolvido em várias ações de contencioso ambiental, tendo como alvos decisões do Governo e da Administração:

- Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato (Pisão) (processo liderado pelo GEOTA em conjunto com 4 outras ONGA);
- Megaempreendimento na Lagoa dos Salgados (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);
- Atentados à Laurissilva na Madeira (processo liderado pela SPEA, em conjunto com outras ONGA);

Todas as semanas nos chegam queixas de cidadãos e de associações locais com pedidos de ajuda sobre agressões ambientais no seu território. A limitação atual de recursos de todo o tipo faz com que não possamos dar resposta jurídica à sua maioria, procurando-se, mesmo assim, dar a resposta mais eficaz possível.

Será importante que as ONGA no seu conjunto continuem a juntar esforços para garantir suporte técnico e financeiro e resposta para a crescente procura de serviços jurídicos e de advocacia ambiental e nessa matéria, para a proteção de altos valores de conservação ou "simplesmente" do direito constitucional dos cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado.

Será nesse sentido que iremos trabalhar em 2026.

Equipa

Helder Careto ©

Comissão Executiva

Apoio em advocacia (outsourcing)

Outros colaboradores

1.º Congresso Internacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e Prémio Conceição Martins de Educação Ambiental para a Sustentabilidade



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA A SUSTENTABILIDADE**

CERIMÓNIA
DE ENTREGA
DO PRÉMIO
CONCEIÇÃO MARTINS

PROGRAMA

8 MARÇO

00:00
Visita Guiada ao Parque Natural de Montesinho.

Realização de parte do percurso pedestre de Ornal (PR4) — Aldeia de Vilarinho. Visita à loja Apimonte com prova de mel medalha de ouro e lanço na aldeia. (Transporte gratuito. Saída da ESE às 14h30)

9 MARÇO

08:45
Acolhimento dos participantes

09:00
Sessão de Abertura

09:30
Conferência de Abertura, pela Presidente do Instituto Camões IP, Embaixadora Florbela Paraíba

10:30
Intervalo para café

10:45
Conferência pelo Prof. Feliciano Veiga, Instituto de Educação/UL

11:30
Cerimónia de entrega do Prémio Conceição Martins
Intervenção das Prémadas: apresentações dos trabalhos vencedores

12:15
Almoço

14:00
Oficinas de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (organizadas por: Fundação Aga Khan Portugal, ASPEA, GEOTA, Palombiar)

16:00
Concerto de Homenagem à Professora Conceição Martins (Mário Cardoso e Ensemble de Cordas do Conservatório de Música e Dança de Bragança)

16:30
Sessão de Encerramento

17:00
Porto de Honras

Refletindo os objetivos propostos pela Comissão Executiva no seu programa de mandato, em 2025 teve início no segundo semestre de 2025 e início de 2026 a primeira edição dos prémios GEOTA.

Foi lançado, em finais de 2025 o prémio Conceição Martins de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, numa parceria entre o GEOTA, a ESE-IPB e a Fundação Aga Khan Portugal.

Bragança acolheu na Escola Superior de Educação de Bragança, nos dias 8 e 9 de março de 2026, o 1.º Congresso Internacional de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, que integrou a Cerimónia de Entrega do Prémio Conceição Martins, uma distinção que homenageia o legado pedagógico e cívico de Conceição Martins e reconhece contributos relevantes para a educação ambiental para a sustentabilidade (EAS). Participaram cerca de 100 pessoas.

Na edição de 2025/26 foram recebidas 47 candidaturas nas duas categorias, projeto e trabalho académico, tendo o júri atribuído o prémio principal a cada categoria e um total de 3 menções honrosas.

O congresso reuniu docentes, investigadores, educadores, estudantes e profissionais ligados à educação, ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Para o 2º semestre de 2026 irá ser lançada a 2ª edição do prémio Conceição Martins e com a Cerimónia de Entrega do Prémio no mês de março de 2027, em celebração do Dia Internacional da Mulher.

Equipa

Helder Careto ©, Américo de Abreu Ferreira, equipas da ESE-IPB e da Fundação Aga Khan Portugal

Conversas à volta da Terra - Ciclo de Debates Temáticos

Foi iniciado em setembro de 2025 um ciclo de webinars temáticos visando, por um lado, aproveitar os contributos voluntários de um conjunto de peritos e voluntários associados e amigos do GEOTA e dos nossos parceiros para ações de capacitação e formação destinadas a vários públicos, com o programa 2026 que se segue:

- 13 janeiro "A integração de questões ecológicas e questões sociais nos processos de restauro fluvial" com Lígia Vaz de Figueiredo (GEOTA) (25 participantes)
- 22 janeiro "Manutenção de Espaços Públicos Livres de Glifosato/Herbicidas: desafios e oportunidades", com Alexandra Azevedo, Veterinária e Presidente da Quercus (31 participantes)
- 25 fevereiro "Acesso à Justiça Ambiental: caso-estudo da Barragem do Pisão", com Helena Pereira de Jesus (Advogada) (31 participantes)
- 16 março "O que é um GEOPARQUE – caso de estudo do GEOPARQUE Oeste", com Nuno Pimentel (55 participantes)
- 9 abril "Economia da Água" com Diogo Faria de Oliveira
- 15 abril "A circulação da Natureza dos Estados do Império Português pelo mundo: impactos no aparecimento de uma cultura visual que cultua a natureza como modelo estético a seguir (1792-1800)" com Sofia Braga
- 22 abril Dia da Terra: O Programa Renature do GEOTA, no restauro ecológico de áreas aridas em Portugal, com Miguel Jerónimo.
- 12 maio "Dia Mundial das Aves Migratórias - Compatibilização entre Linhas Elétricas e Avifauna" LPN e Quercus
- 25 maio "Dia Nacional dos Jardins" com Quercus
- 28 maio comunidades de energia, Grupo de Energia e Clima
- 4 junho "Recuperação de ictiofauna" com Carlos Silva Quercus

Já temos parceria com as seguintes organizações: CIDAMB, Netherlands Helsinki Committe, European Centre for Not-to-Profit Law (nas ações até março 2026), Centro Oeste-CFAE, LPN, Quercus, BIOTA, ISCTE, UNI Madrid, APA, C.M. Santarém, C.M.Alcanena, ESE IPB, Academia da Paisagem.

Equipa

Helder Careto ©, João Rijo Madeira, Américo de Abreu Ferreira, Carla Pacheco, oradores e formadores nas ações.



Prémio Eduardo Zúquete de Mobilidade Sustentável



O GEOTA - Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente lançou o Prémio Eduardo Zúquete, uma distinção que visa reconhecer trabalhos e projetos de excelência nos domínios do ordenamento do território, da mobilidade e dos transportes, com atenção particular às abordagens integradas, sustentáveis e inovadoras.

O prémio homenageia o Eng.º Eduardo Zúquete e o seu contributo para o pensamento estratégico e para a modernização das políticas públicas de mobilidade e transportes em Portugal, incentivando simultaneamente a produção de conhecimento e a implementação de boas práticas nestas áreas.

Este prémio envolve mais 6 parceiros: **ADFERSIT - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes, CENSE FCT, pela AAACM - Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário, CP - Comboios de Portugal e APAC - Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro**

Equipa

Helder Careto ©, Américo de Abreu Ferreira, João Rijo Madeira, Nuno Henrique Luz, João Joanaz de Melo.

Movimento Ambiental

Segundo o princípio "Aposta no associativismo" o GEOTA defende, desde sempre uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Mantemos assim cordiais relações com um grande número de organizações do movimento associativo de ambiente, plataformas e associações de coletivos e movimentos de cidadãos, que procuramos apoiar institucionalmente e também de forma prática.

Dessas estruturas, formais e informais, orgânicas e inorgânicas, recebemos também apoio, reconhecimento, notoriedade e outras vantagens no acompanhamento das causas que defendem.



ONG, Plataformas e Coligações

ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2026 irão garantir-se as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos, bem como o reforço das parcerias em torno de projetos concretos.

Helder Careto
(atualmente, o Presidente da Direção desta ONG)

Agência Oeste Sustentável

Seguimento dos trabalhos da Agência

A agência encontra-se em fase de desativação

Américo de Abreu Ferreira

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Seguimento dos trabalhos da organização

A indicar caso a caso pela CE

C7 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO

Fez-se o seguimento dos trabalhos, com reuniões mensais.

A coordenação do C7 é rotativa em 2026 e compete, neste ano, ao GEOTA.

A C7 definiu 3 prioridades de ação em 2026:

- 1 - Reforçar o financiamento da conservação da natureza e a efetiva gestão das áreas classificadas
- 2 - Acompanhar as dinâmicas legislativas e contribuir para uma melhor Governança Ambiental
- 3 - Garantir uma transição energética justa, igualitária e ambientalmente sustentável

Helder Careto
Miguel Sequeira
Américo de Abreu Ferreira

CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental

A CIDAMB é uma associação de ONGA fundada em 2000. Em 2022 foi decidido recuperar a associação visando o apoio jurídico e técnico às suas associadas.

Espera-se que, em 2026 a CIDAMB consiga beneficiar nova dinâmica que se lhe espera com o programa de Mesas Redondas à Volta da Terra e outras atividades.

Em representação do
GEOTA: Helder Careto
(Presidente da Direção)

Gabriel Goucha (Vogal da
Direção)

Miguel Cunha Duarte
(Vice Presidente da Mesa
da Assembleia Geral)

Américo de Abreu Ferreira
(Vogal do Conselho Fiscal)

CIDN – Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza

O CIDN está em desativação há alguns anos mas tem, apesar disso, mantido uma atividade muito relevante. O GEOTA tem acompanhado todo o processo, junto com as outras organizações que compõem essa associação de coletivos.

Participámos ativamente na organização do 1º Congresso Ibérico de Energias Renováveis e Rede Natura 2000, onde estiveram como oradores João Joanaz de Melo e Miguel Macias Sequeira, Mérida, de 20 a 22 de abril de 2024, bem como na Assembleia Geral extraordinária de 16/11/2024 e vamos também acompanhar as próximas atividades com o mesmo empenho.

Helder Careto

(membro da direção da
CIDN)

DLBC Lisboa

O GEOTA integra esta estrutura associativa desde o seu início, participando nos trabalhos das reuniões da Assembleia Geral desta ONG.

Nélia Ramos

EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho de biodiversidade e clima e energia: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho europeus e eventos associados.

Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível internacional.

Representação na Assembleia Geral desta organização.

Américo de Abreu Ferreira
(representação
institucional e conferência
Nacional)

Miguel Jerónimo
(biodiversidade)

Miguel Sequeira (Clima e
Energia)

Helder Careto (Clima e
Energia)

Mediterranean Alliance for Wetlands (MAW)

Representação nos principais eventos da organização em 2026.

Helder Careto

Teresa Lemos

Ana Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

#MOVRIODOURO

Apoio e acompanhamento dos trabalhos do Movimento

Ana Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

Movimento ProTejo

Apoio e acompanhamento dos trabalhos deste Movimento.

Ana Catarina Miranda

Organismos

Conselho Nacional da Água (CNA)

Acompanhamento dos trabalhos do organismo e da estratégia "Água que Une"

Plenário: João Joanaz de Melo (E)

Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2022, proposta GEOTA: J. Joanaz de Melo (E), Irina Gomes (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros (*)

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2020, proposta LPN-GEOTA-FPE-GPS: J. Joanaz de Melo (E), Pedro Alves e Fernando Pires (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Manutenção da representação até ao cumprimento do mandato.

Representantes das ONGA eleitos em 2020: Miguel Jerónimo (E) e João Madeira (S)

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT)

Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Diretiva RNLPT.

Teresa Lemos
(Representação do GEOTA)

CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

J. Joanaz de Melo foi reeleito em 2024 representante das ONGA no CNADS para o período 2024-2027.

Representa o CNADS no Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP).

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA)

Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Acompanhamento dos trabalhos do organismo.

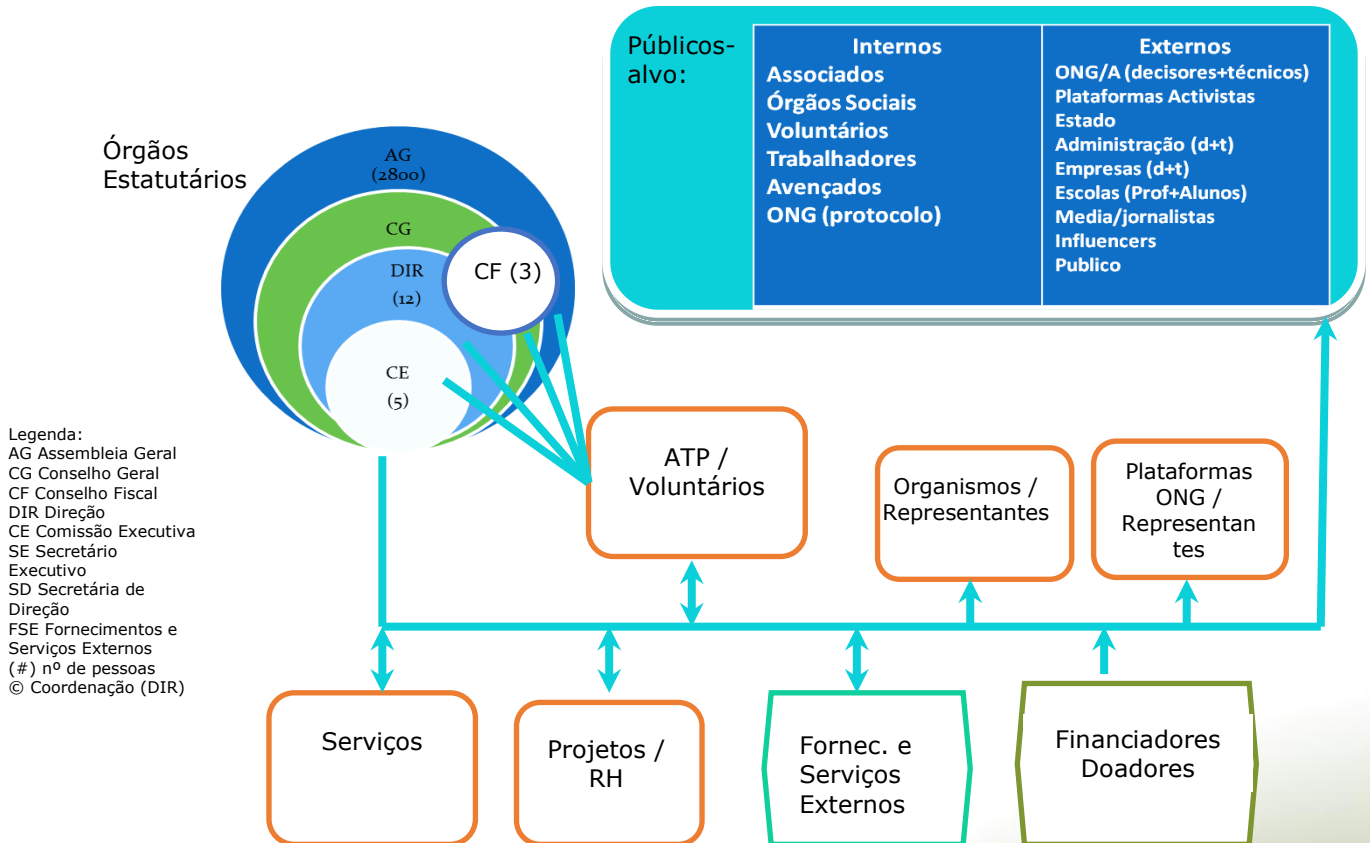
Miguel Jerónimo (E)
Miguel Branquinho (S)

Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida

Acompanhamento dos trabalhos do organismo.

Lia Vasconcelos (E)

Organograma



Os nossos dirigentes

Órgãos Sociais do GEOTA para o Biénio 2024-2025 (cessante)

Mais informação em <https://www.geota.pt/o-geota>

Comissão Executiva (desde 30 novembro 2024 até 18 de abril de 2026)

Presidente: Américo de Abreu Ferreira	Em 2025 a Comissão Executiva reuniu com uma periodicidade semanal, aproximadamente.
Tesoureiro: João Manuel Gonçalves Serra Grilo	
Vice-presidente: Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha	
Vice-presidente: Miguel Macias Marques Sequeira	
Vogal: Olga Romão Branco	
António Miguel Portugal Galvão	

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo	Ocorreram 2 reuniões da Assembleia Geral em 2025
Vice-presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques	
Secretário: Pedro Campos Rodrigues da Costa	
Suplente: Regina Maria Carrilho Falcão	

Conselho Fiscal

Presidente, João Carlos Dias Coelho	O órgão reuniu para o cumprimento das suas funções estatutárias e regulamentares.
Vogal, Maria Isabel Lopes Moura	
Vogal, Manuel José Lucas Claro	
Suplente: Maria da Conceição Costa Martins (até 14 de maio de 2025)	

Direção

A Direção é constituída pelos membros da Comissão Executiva e pelos coordenadores de Área de Trabalho e Projetos (ATP)
Foram realizadas reuniões com uma periodicidade mensal

Conselho Geral

O conselho Geral é constituído Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: Não se realizaram reuniões deste órgão em 2025.

ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, Oikos Leiria, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

A partir de 18 de abril de 2026 entrarão em funções os novos órgão sociais decorrentes das eleições que decorrerem nessa data.

Os nossos trabalhadores

Vão promover a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção;

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada;

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.);

Desenvolvimento dos principais projetos;

Representações em organismos e plataformas;

Apoio à comunicação interna e externa.



Helder Careto

Breve Bio

Engenheiro do Ambiente, Secretário Executivo do GEOTA desde 1993, ligação aos órgãos de gestão, coordenação de projetos e apoio técnico e logístico.



Saúde Martins

Breve Bio

Curso médio de contabilidade, secretária de Direção do GEOTA desde 1991, apoio, atendimento, controlo financeiro e



Teresa Lemos

Breve Bio

Assessora Técnica do GEOTA desde 2002. Membro da Direção do GEOTA, em representação do Centro Ecológico Educativo e do Projeto CW, destacando-se nas suas atividades, a gestão do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, o desenvolvimento de projetos de EAS, valorização ambiental e desenvolvimento de atividades educação ambiental, a participação no Conselho Diretivo da Reserva Natural Local do Paul de Tornada..

Carla Pacheco

Breve Bio

Professora de Biologia e Geologia. Mestre em Ciências da Terra e da Vida, ao serviço do GEOTA, pelo 3º ano consecutivo, em regime de destacamento, sob as tutelas ministeriais da Educação e do Ambiente. Coordena e dinamiza projetos em articulação com ONGs, integra a “Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental”. Coordenadora pedagógica do Projeto CW e do Serviço Educativo do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista.





Miguel Jerónimo
Breve Bio

Arquiteto Paisagista formado na Universidade de Lisboa. Ainda durante o seu tempo na universidade fez voluntariado em projetos de educação ambiental. Membro da Direção do GEOTA e coordenador dos projectos TerraSeixe e Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela. Entre 2014 e 2017 foi Vereador na Câmara Municipal de Vila de Rei.



Ana Catarina Miranda
Breve Bio

L. Biologia (2005, FCUL), mestre em Matemática Aplicada às Ciências Biológicas (2008, ISA), doutorada em Ciências da Natureza (2014, Instituto Max-Planck para a Ornitologia, Universidade de Constança, Alemanha). Professora e investigadora na pós-graduação em Biodiversidade e Conservação da Universidade Federal do Maranhão, Brasil (2014-2018) e na pós-graduação em Neurociências e Comportamento da Universidade Federal do Pará, Brasil (2018-2024). Integrou o GEOTA em 2021 como coordenadora do projeto Rios Livres. Desde sempre fascinada pela conservação da natureza, nomeadamente pelas estratégias de preservação dos ecossistemas face aos impactos humanos.



Ligia Figueiredo
Breve Bio

Arquiteta Paisagista mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental e é doutoranda em Restauro e Gestão Fluvial. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em Recursos Hídricos, Políticas Ambientais e Agricultura

Hugo Pegado
Breve Bio



Urbanismo e Ordenamento do Território, pós-graduação em e Ciência e Sistemas de Informação Geográfica. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em SIG, Ordenamento do Território projeto de obra.



Regina Falcão
Breve Bio

Geóloga, designer gráfica e Web.
Responsável pela comunicação no programa Rios Livres

Anexo- Plano de Marketing e Comunicação do GEOTA

Plano de marketing e comunicação GEOTA 2026 (temas, ações e calendário)

Enquadramento geral

Em 2026, o GEOTA reforçará o seu perfil público na defesa do ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável, com base em educação, informação, intervenção política e resolução de problemas ambientais específicos. O novo site institucional passa a ser a plataforma central de comunicação, memória e posicionamento público, funcionando como arquivo estruturado de conteúdos editoriais (artigos de fundo, textos de posição, dossiers temáticos, históricos de projectos e prémios).

Em articulação com o site, as redes sociais assumem um papel de amplificação e encaminhamento, promovendo conteúdos editoriais, eventos e tomadas de posição, sem dependência excessiva de formatos audiovisuais complexos que são mais difíceis de produzir. O plano valoriza conteúdos escritos, análise e reflexão, adequados aos meios disponíveis, reforçando o perfil do GEOTA como organização histórica, independente e tecnicamente informada na defesa do ambiente em Portugal.

A relação com os media assenta numa abordagem activa aos principais órgãos de comunicação social - imprensa de referência, rádios, televisões - e à agência Lusa, enquanto agência noticiosa nacional que distribui conteúdos para um vasto leque de jornais, rádios e televisões, potenciando a difusão das posições e propostas do GEOTA.

O objectivo central deste plano é comunicar os diversos projectos do GEOTA, dar visibilidade a prémios e eventos, reforçar o debate público informado e afirmar o GEOTA como voz de autoridade no ambiente em Portugal, bem como parceiro credível e consistente de políticas, iniciativas e projectos ambientais.

O mapa de stakeholders orienta a comunicação para seis grandes públicos estratégicos - comunicação social, decisores políticos e administração pública, parceiros institucionais e financeiros, comunidade científica e técnica, associados e voluntários, público interessado e sociedade civil - articulando instrumentos específicos (artigos de opinião, textos de posição, conferências, relatórios de impacto, newsletters, redes sociais) que serão mobilizados de forma coerente ao longo do ano.

Março 2026

Prioridades: Prémio Nacional Conceição Martins (EAS) · Floresta e Árvore · Água · Vida Selvagem

Objectivos

- Maximizar a notoriedade do GEOTA através do prémio e das datas ambientais.
- Afirmar a liderança temática em floresta, água e vida selvagem, com comunicação escrita sólida.

Mensagens-chave

- O prémio como referência nacional em educação ambiental.
- Floresta, água e vida selvagem como pilares da acção do GEOTA.
- O Renature atinge os dois milhões de árvores plantadas desde 2019.

Acções editoriais

- Definição de porta-voz oficial do prémio.
- Dossier editorial no site: histórico do prémio, biografia de Conceição Martins, impacto acumulado.
- Artigo de opinião no Expresso (tema ligado à actualidade e a uma das prioridades).
- Dois comunicados de imprensa (anúncio e balanço pós-entrega), preparados em formato adequado à Lusa para maximizar a republicação em múltiplos órgãos.
- Abordagem activa ao Expresso, Público, Observador, Antena 1, TSF, RTP, SIC, TVI e Lusa, com envio dirigido de materiais (press kit, citações, dados) e disponibilidade imediata de porta-voz.
- Dia 3/3 - Vida Selvagem: artigo editorial curto + nota técnica (espécies/ecossistemas prioritários).
- Dia 21/3 - Árvore/Floresta: texto de posição institucional sobre gestão florestal e ordenamento do território.
- Dia 22/3 - Água: artigo de enquadramento estratégico sobre água, rios, governação e adaptação climática.

Canais digitais

- Site como hub de todos os conteúdos (artigos, dossiers, comunicados, arquivo).
- Redes sociais: sequências de publicações a remeter para o dossier do prémio e artigos das datas; imagens estáticas e citações, vídeo apenas residual.

Abril 2026

Prioridades: Dia Mundial da Terra · Assembleia-Geral · Reforço institucional

Objectivos

- Reforçar a legitimidade pública e a visibilidade da nova liderança.
- Clarificar prioridades estratégicas para o mandato.

Mensagens-chave

- GEOTA como organização histórica, independente e tecnicamente informada.
- Compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Acções editoriais

- Divulgação formal da Assembleia-Geral (convocatória, ordem de trabalhos) no site e newsletter.

- Artigo de opinião no Expresso sobre o Dia da Terra, ligando prioridades do GEOTA a debates nacionais.
- Editorial institucional no site com 3-4 prioridades estratégicas (clima, água, território, biodiversidade).
- Campanha "A Terra em Acção" (semana de 22/4): 3-4 textos curtos sobre projectos em diferentes áreas, com ligação a dossiers de projecto.
- Abordagem activa aos principais meios para reforçar a cobertura do Dia da Terra e da nova direcção.
- Entrevista de fundo trabalhada via abordagem activa a um dos principais meios (pitch temático + press kit).
- Cobertura textual das Mesas Redondas: notas de síntese publicadas em 24-48 horas.

Canais digitais

- Contagem decrescente para o Dia da Terra nas redes (3-5 publicações).
- Site como repositório de documentos da Assembleia-Geral e editoriais.

Maio 2026

Prioridades: Prémio Nacional de Mobilidade Eduardo Zúquete · Biodiversidade - OCEANO - SEMINÁRIO COASTWATCH

Objectivos

- Posicionar o GEOTA como actor histórico e relevante na mobilidade sustentável.
- Posicionar o GEOTA como actor histórico e relevante NA CIENCIA CIDADADA E NOS ... OCEANOS...
-
- Relacionar mobilidade, biodiversidade e ordenamento do território.

Mensagens-chave

- Mobilidade sustentável como política de cidade e território, não apenas de transportes.
- Legado de Eduardo Zúquete e do GEOTA na mobilidade.

Acções editoriais

- Definição de 2-3 mensagens políticas anuais do prémio (acessibilidade, descarbonização, justiça territorial).
- Artigo de opinião no Expresso sobre mobilidade sustentável e políticas públicas.
- Texto de enquadramento histórico no site sobre Eduardo Zúquete e o papel do GEOTA na mobilidade.
- Comunicado de imprensa com enfoque em políticas públicas, formatado para distribuição via Lusa e principais meios.
- Abordagem activa às redacções dos principais meios., disponibilizando porta-voz e dados complementares.

Canais digitais

- Série de 3-4 publicações "Três ideias para uma mobilidade justa", com ligações para o artigo histórico e o comunicado.

- Newsletter com foco no prémio e ligações à biodiversidade (impacto da mobilidade nos ecossistemas).

Junho 2026

Prioridades: Conferência Presencial Renature · Ambiente

Objectivos

- Demonstrar resultados concretos do Renature.
- Reforçar a autoridade técnica em restauro ecológico.

Mensagens-chave

- Renature como exemplo de restauro ecológico em áreas críticas (Estrela, Monchique, Leiria).

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso sobre restauro ecológico, incêndios e políticas de uso do solo.
- Dossier Renature no site com fichas de caso (contexto, metodologias, resultados).
- Comunicado de imprensa analítico da conferência, com principais mensagens políticas e recomendações.
- Abordagem activa à Lusa e aos principais meios antes e depois da conferência para garantir agenda e cobertura de resultados.

Canais digitais

- Página dedicada à conferência no site (programa, intervenções, documentos descarregáveis).
- Publicações "antes/depois" com fotografias das áreas de intervenção.

Julho 2026

Prioridades: 45.º Aniversário do GEOTA / ANIVERSÁRIO DA RESERVA NATURAL LOCAL DO PAUL DE TORNADA

Objectivos

- Reforçar o perfil do GEOTA como organização histórica, independente e consequente.
- REFORÇAR IMAGEM DO GEOTA E DO SEU PAPEL DO GEOTA COMO COGESTOR DE UMA RESERVA NATURAL

Mensagens-chave

- 45 anos de intervenção consistente em ambiente e território em Portugal.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso sobre a evolução das políticas ambientais em 45 anos e o contributo do GEOTA.
- Série de textos curtos "45 anos, 10 marcos" no site (campanhas, vitórias, casos emblemáticos).
- Editorial institucional comemorativo com visão de futuro.
- Abordagem activa à Lusa e aos principais meios para peças de balanço e perfis institucionais.

Canais digitais

- Linha do tempo em carrosséis (arquivo fotográfico + 1 frase por marco).
- Depoimentos escritos de associados, parceiros e ex-dirigentes (texto + fotografia).

Agosto 2026

Prioridades: Incêndios · Ordenamento do território · Gestão florestal

Objectivos

- Intervir e influenciar o debate público em plena época de incêndios, com visão estrutural.

Mensagens-chave

- Incêndios como problema de ordenamento, uso do solo e políticas florestais, não apenas de emergência.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso enquadrado pela actualidade dos incêndios, com foco em propostas de política.
- Texto de posição institucional sobre ordenamento do território e gestão florestal com medidas concretas.
- Série de artigos explicativos curtos (site/newsletter) sobre causas estruturais, boas práticas e exemplos de gestão integrada.
- Comunicado de imprensa com síntese de recomendações, preparado para a Lusa e enviado com abordagem activa às redacções dos principais meios.

Canais digitais

- Série "Mitos e factos sobre incêndios" em 4-5 publicações, cada uma a remeter para um artigo de fundo.

Setembro 2026

Prioridades: Energia · Clima · Adaptação

Objectivos:

- Colocar a crise climática e a transição energética no centro da agenda pós-férias.
- Preparar o debate público para as dimensões de água (Outubro) e cidades/urbanismo (Novembro), enquadrando-as em políticas de clima e energia.

Mensagens-chave

- Transição energética justa: segurança de abastecimento, custo para famílias e empresas, neutralidade carbónica.
- Adaptação climática como complemento indispensável à mitigação (água, solo, florestas, território).
- O Renature reinicia os trabalhos no terreno.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso sobre políticas de energia e clima em Portugal, articulando mitigação, adaptação e justiça social.
- Série editorial no site (3-4 textos curtos):
 - Energia e território (renováveis, paisagem, aceitação social).

- Clima e risco: ondas de calor, secas, eventos extremos.
- Adaptação local: exemplos concretos de projectos do GEOTA (rios, florestas, ordenamento).
- Texto de enquadramento institucional: “Porquê falar de energia e clima antes de falar de água e cidades”, a ligar explicitamente a Outubro (água) e Novembro (urbanismo).
- Comunicado de imprensa com 4-5 recomendações de política em energia e clima, dirigido a Governo, grupos parlamentares e autarquias.
- Abordagem activa aos principais meios nacionais e à Lusa, com disponibilização de porta-voz para comentários sobre transição energética, eventos climáticos extremos e decisões políticas relevantes do mês.

Canais digitais

- Série de publicações “Três perguntas sobre clima que não podemos adiar”, remetendo para a série editorial.
- Destaque em newsletter com resumo das principais mensagens e ligação a dossiers de projecto ligados a clima, energia e adaptação.

Outubro 2026

Prioridades: Conferência Presencial sobre a Água · Água · Rios

Objectivos

- Afirmar o GEOTA como liderança nacional no tema da água.
- Relação entre água, rios e território sob pressão climática.

Mensagens-chave

- Água como eixo estratégico de política pública, justiça territorial e adaptação climática.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso sobre água e território, antecipando temas da conferência.
- Série editorial no site (3-4 textos) sobre rios, governação da água, conflitos de uso e adaptação.
- Actualização de dossiers de projectos em rios (Rios Livres).
- Editorial institucional pós-conferência com síntese política e técnica.
- Comunicado de imprensa analítico com dados, conclusões e recomendações, preparado para a Lusa e distribuição alargada.
- Abordagem activa aos principais meios, antes e após o evento para colocar a água no centro da rentree política.

Canais digitais

- Página da conferência no site (programa, apresentações, documentos).
- Publicações em tempo real em texto e imagem; série pós-evento com 3-5 mensagens-chave.

Novembro 2026

Prioridades: Urbanismo · Cidades

Objectivos

- Reforçar a presença do GEOTA no debate urbano, ligando cidade, ambiente e qualidade de vida.

Mensagens-chave

- Urbanismo sustentável, mobilidade, energia e solo como dimensões inseparáveis.
- Relançamento do Renature Monchique.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso sobre cidades sustentáveis em Portugal.
- Artigo de fundo no site (diagnóstico + propostas em urbanismo, espaço público, mobilidade, natureza urbana).
- Comunicado de imprensa com principais propostas para cidades, enviado à Lusa e trabalhado com abordagem activa às redacções.

Canais digitais

- Série "Cinco ideias para cidades habitáveis" em publicações com ligações para o artigo de fundo.

Dezembro 2026

Prioridades: Solo · Montanhas · Balanço anual

Objectivos

- Encerrar o ano reforçando a autoridade institucional e preparando 2027.

Mensagens-chave

- Solo e montanhas como sistemas críticos; balanço de um ano de intervenção.

Acções editoriais

- Artigo de opinião no Expresso com balanço crítico do ano ambiental em Portugal.
- Editorial de balanço anual no site (actividades, impactos, lições, por área temática).
- Texto de perspectiva para 2027, cruzando prioridades com o mapa de stakeholders.
- Comunicado de imprensa de balanço, formatado para a Lusa, com mensagens específicas para media, decisores e parceiros.

Canais digitais

- Série "O que fizemos em 2026" (5-7 publicações por área: água, floresta, mobilidade, energia, biodiversidade).

Mapa de stakeholders do GEOTA (2026)

Este mapa identifica os principais públicos estratégicos do GEOTA e orienta a comunicação editorial e institucional prevista no plano.

1. Comunicação social

Objectivo: Garantir presença regular, credível e de fundo no espaço público.

- Imprensa de referência: *Expresso, Público, Observador*.
- Rádio: Antena 1 e TSF (programas informativos e de debate).
- Media especializados: Ambiente Online, revistas técnicas e académicas.

Instrumentos: artigos de opinião, entrevistas de fundo, comunicados de imprensa analíticos, dossiers temáticos no site.

2. Decisores políticos e administração pública

Objectivo: Influenciar políticas públicas e reforçar perfil público do GEOTA como interlocutor qualificado.

- Governo (Ambiente e Energia, Agricultura, Ordenamento do Território, Educação).
- Assembleia da República e grupos parlamentares.
- Autarquias locais e áreas metropolitanas.
- Agências públicas (APA, ICNF, DGEG, CCDR).

Instrumentos: textos de posição institucional, conferências públicas, pareceres, artigos de enquadramento estratégico.

3. Parceiros institucionais e financeiros

Objectivo: Reforçar confiança e captar parcerias de médio e longo prazo.

- Fundações (Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana, Fundação Cidade de Lisboa).
- Empresas com políticas de responsabilidade ambiental.
- Programas e fundos públicos nacionais e europeus.

Instrumentos: relatórios de impacto, dossiers de projectos, eventos institucionais, presença pública qualificada.

4. Comunidade científica e técnica

Objectivo: Sustentar credibilidade técnica e qualidade do discurso público.

- Universidades e centros de investigação.
- Especialistas independentes e técnicos do sector ambiental.

Instrumentos: conferências temáticas, artigos técnicos, parcerias em projectos e publicações.

5. Associados, voluntários e base social

Objectivo: Reforçar identidade, envolvimento e sentimento de pertença.

- Associados do GEOTA.
- Voluntários e participantes em projectos (Coastwatch, Renature, CEEPT).

Instrumentos: newsletters, site institucional, editoriais da Direcção, momentos presenciais.

6. Público interessado e sociedade civil

Objectivo: Construir reputação pública e reconhecimento social.

- Público interessado em ambiente, território e sustentabilidade.
- Outras ONG e movimentos cívicos.

Instrumentos: artigos acessíveis, redes sociais como amplificação, presença em debates públicos.

Orçamento 2026

Despesas 2026

(Euro)

SNC	Descritivo	Ano 2026
621	Subcontratos	394 498
6221	Trabalhos especializados	126 247
6222	Publicidade e propaganda	4 280
6223	Vigilância e segurança	0
6224	Honorários	18 488
6225	Comissões	0
6226	Conservação e reparação	278
6227	Serviços bancários	102
6228	Outros serv. especializados	1
6231	Ferramentas e utensílios	7 008
6232	Livros e documentação técnica	1
6233	Material de escritório	467
6234	Artigos para oferta	0
6238	Outros materiais	105 616
6241	Electricidade	2 159
6242	Combustíveis	111
6243	Água	746
6248	Outros fluidos	0
6251	Deslocações e estadas	24 208
6252	Transportes de pessoal	6 260
6253	Transportes de mercadorias	0
6258	Outras deslocações	0
6261	Rendas e alugueres	10 658
6262	Comunicação	1 858
6263	Seguros	993
6264	Royalties	0
6265	Contencioso e notariado	2 831
6266	Despesas de representação	788
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 606
6268	Outros serviços	1 649
63	Gastos com o pessoal	194 959
	1101 Sede	0
	1201 CEEPT	16 891

SNC	Descritivo	Ano 2026
	1401 CW	7 234
	1301 Representações nacionais	0
	1302 Rep Internacionais	0
	1415 Beyond Restoration	100 900
	1417 órgãos	0
	14191 R Monchique	50 809
	14192 R Leiria	14 811
	14193 R Estrela	0
	14194 TS Viridia	0
	14195 Invasoras	0
		0
	1421 Sustenturis	0
	1426 Empresas grupo AdP	0
	1501 Ativ Ger	4 315
	1428 Pisão	0
64	Gastos de depreciação	6 189
65	Perdas por imparidade	0
66	Perdas redução justo valor	0
67	Provisões do período	0
68	Outros gastos e perdas	865
69	Gastos de financiamento	300
	Total de gastos	913 164



Receitas2026

(euro)

Receitas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2026
71	Vendas	1 500
72	Prestações de serviços	588 451
73	Variações invent. produção	0
74	Trabalhos p/própria entidade	0
75	Subsídios à exploração	112 584
	IPDJ	0
	CM e outros entes públicos	12 000
	CCDR Algarve	27 000
	Fundo Ambiental	30 000
	Viridia	43 584
76	Reversões	0
77	Ganhos aumentos justo valor	0
78	Outros rendimentos	214 013
	Entidades privadas	0
	FCG	0
	DIMFE	150 900
	Ryanair	0
	One Tree Planted	0
	EEB	0
	CIDN	0
	FBTaipei	1 113
	Empresas grupo AdP	7 500
	Donativos	1 500
	Quotas	0
	Outros	53 000
79	Juros, div. e rend. similares	0
7	Total de rendimentos	916 548
	Transporte de 2025	38 836
811	Resultado antes de impostos	42 220